

Quadro 5. Alguns projetos de cooperação com organismos internacionais com impacto nos objetivos e ações prioritárias do PANSAN, em execução no seu período de vigência¹

Objetivos estratégicos	Programa/Projeto	Orçamento 2014 (USD)	Orçamento 2015 (USD)	Orçamento 2016 (USD)	Total Período PANSAN (USD)	Montante Global (USD)	Total Financiado (USD)	GAP Financeiro (USD)	Responsável	Parceiros	Período
1. Reforço do quadro legislativo e institucional para consolidar SAN e assegurar a realização do DHAA:	Política de reforço das capacidades técnicas e institucionais (âmbito CONSAN CPLP)						500.000			FAO/CPLP	2014-15
3. Aumento produção agro-pecuária e das pescas de forma sustentável aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens	Energias renováveis associado à eletrificação do mundo rural								MDR		
	Melhoria de transportes de mercadorias e instituição da prática de seguro de mercadoria									FAO	
	Plano Diretor de Investigação Agrária	67.319			67.319				INIDA	FAO	2014
	Reabilitação da cultura do cafeeiro	43.533			43.533				MDR	FAO	2014
	Valorização e reabilitação da cultura do coqueiro	100.000	300.000		400.000				MDR	FAO	2014-2015
	Florestas urbanas e agricultura peri urbana	100.000	300.000		400.000				MDR	FAO	2014-2015
	Pilotamento do Plano de aquacultura em Cabo Verde								INDP	FAO	
	Investigação pecuária, conhecimento e transferência de tecnologias								INIDA	FAO	
	Plano Estratégico da Extensão Rural (aconselhamento, assistência técnica e formação rural)	59.827			59.827				MDR	FAO	
5. Desenvolver ações que garantem a qualidade e a segurança sanitária dos alimentos bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos saudáveis	Programa de Apoio à Segurança Alimentar e à Nutrição nas escolas	126.625	126.626	-	253.250	270.750			FICASEMSMED	Programa Conjunto SNU, financiado pela Cooperação Luxemburguesa	2012-15

¹Relação dos projetos obtida em abril de 2014 na Representação da FAO em Cabo Verde.

Resolução nº 69/2015

de 27 de Julho

Tendo em conta os objetivos alcançados com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no período compreendido entre 2002 a 2015, urge a necessidade de se proceder a uma atualização da referida estratégia.

A atualização visa incorporação do Direito Humano à Alimentação Adequada DHAA como elemento orientador

das políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), destacar o papel da agricultura familiar, dinamizar os mecanismos de governança participativos nesta temática como preconizam as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), subscritas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dar uma maior relevância para a questão nutricional.

Tendo como horizonte o ano de 2020, pretende a atualização da Estratégia proceder à manutenção do objetivo geral e incorporar elementos como o bem-estar, alimentação segura e nutricional, avaliar a implementação da

Estratégia Nacional de Segurança Alimentar - ENSA 2002 a 2015, alinhar a ENSAN com as estratégias de crescimento e redução da pobreza, fortalecer o quadro institucional para ser mais capaz de atuar de forma intersectorial.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovada a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2020 (ENSAN- 2020), constante do anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Objetivos

1. A ENSAN - 2020 adotou como seu principal objetivo assegurar o acesso permanente e estável da população à uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, possibilitando que possa realizar seu direito humano à alimentação adequada.

2. Como objetivos estratégicos o ENSAN – 2020 visa:

- a) Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e assegurar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
- b) Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares;
- c) Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens;
- d) Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos; e
- e) Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 2 de julho de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Anexo

ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ATUALIZAÇÃO HORIZONTE 2020

Resumo executivo

Esta atualização do documento de Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional visa tratar da incorporação do DHAA como elemento orientador das políticas públicas voltadas para a SAN, destacar o papel da agricultura familiar e propor mecanismos de governança participativos nesta temática, como preconizam as diretrizes da FAO subscritas pela CPLP. A inserção da questão nutricional justifica a denominação de ENSAN, atribuída ao documento.

Tendo por base a ENSA, documento solidamente elaborado e a avaliação do último PNSA, feita com a participação daqueles que estiveram ou estão ligados a questão, esta atualização sintetiza a evolução do conceito de SAN e o DHAA, incluindo as abordagens dos organismos multilaterais dos quais Cabo Verde faz parte; faz uma breve caracterização do seu território e população, delimitando conceitos e condições para a construção da ENSAN.

A análise das condições de saúde, pobreza e vulnerabilidade da população está no cerne deste relatório, que aponta as questões de saneamento básico como propulsoras da elevada incidência das chamadas “doenças negligenciadas da pobreza”, provavelmente os mais sérios problemas a serem enfrentados em Cabo Verde para assegurar a SAN da população, ao lado do combate a anemia, principalmente nas crianças. As linhas prioritárias de ação apontam para a necessidade de ampliar a infraestrutura de saneamento e acesso à água e enfrentar as importantes desigualdades existentes entre as ilhas, para reduzir a incidência dessas doenças e assegurar o DHAA, com a implementação de estratégias de melhoria das condições de acesso aos alimentos, bens e equipamentos sociais.

A estratégia de melhoria das condições de renda e de proteção social emerge da análise de indicadores sociais relevantes, que evidenciam a necessidade de dar suporte a determinados segmentos que apresentam maior risco, bem como, destacam a oportunidade de adotar medidas de políticas abrangentes voltadas aos mais jovens, ampliando sua escolaridade e protagonismo nos processos de desenvolvimento.

O documento evidencia o papel da agricultura familiar e as perspectivas que se apresentam com a modernização em curso. As propostas indicam a importância do seu reconhecimento e da adoção de políticas discriminatórias positivas, que devem ser implantadas para mitigar os efeitos indesejáveis do êxodo rural, contribuindo para melhorar a produção agrícola sustentável, o acesso aos alimentos e a outros bens. A intervenção estratégica nesse domínio, procura destacar o protagonismo a ser dado aos jovens, importante nos processos de inovação que Cabo Verde necessita empreender, fortalecendo suas marcas como país sustentável e de modos de produção socialmente justos e saudáveis.

A proposição de uma arquitetura institucional para a governação do SAN que trabalha preserva e resgata os mecanismos já desenvolvidos pelos últimos governos de Cabo Verde, busca tornar concretas e viáveis ações de descentralização e participação da cidadania que facilitem a trajetória do país na realização do DHAA.

1 – Introdução

Este documento trata da atualização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) elaborada para o período 2002 - 2015, para o horizonte 2020 e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2014 - 2016). A atualização da Estratégia está voltada principalmente para a inclusão do direito humano à alimentação adequada (DHAA), que já consta da estratégia da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de outros aspectos, de modo a torná-la mais consentânea com as preocupações atuais em relação ao tema. A apresentação, ainda que preliminar, do Plano de Ação Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN), visa concretizar e possibilitar a discussão dos objetivos e linhas de intervenção que devem integrar a ENSAN.

No ponto 2 do documento é desenvolvida a evolução do conceito de SAN, para enfatizar que a sua “juventude” requer aprendizado na formulação, implementação e coordenação de políticas e programas que favoreçam à SAN e ainda, identificar as suas múltiplas dimensões. A inclusão de artigos da Constituição de Cabo Verde visa a destacar o amparo legal (direitos estabelecidos) à realização da SAN.

O ponto 3 é voltado para a caracterização socioeconómica e geográfica de Cabo Verde, com o objetivo de destacar seus reais constrangimentos e facilidades para realizar a segurança alimentar e nutricional. Na sequência é apresentada uma síntese histórica do tratamento dirigido à SAN pelos governos e as estratégias e linhas de intervenção adotadas.

No pontos 4 apresenta-se o estado da SAN na República de Cabo Verde, caracterizando as condições de saúde, pobreza e vulnerabilidade social dando destaque aos indicadores de pobreza, vulnerabilidade e insegurança alimentar, sobretudo, com base nas estatísticas produzidas pelo Ministério da Saúde, pelo Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento de 2010, Inquérito Multiobjectivo Contínuo) e indicadores do perfil nutricional a partir de diversas fontes. As informações sobre o mercado de trabalho (emprego e rendimentos) estão presentes pois, o trabalho e os rendimentos, cumprem o papel central no acesso aos alimentos. Também coloca acento na proteção social de base não contributiva.

O ponto 5 desenvolve alguns aspectos da agricultura familiar, que cumpre papel importante na garantia da segurança alimentar e nutricional da população. São tratadas as formas e os meios de inclusão dos agregados familiares cujos meios de subsistência provêm da agricultura no processo de modernização da produção, considerando as tecnologias de cultivo e irrigação, processamento e comercialização dos produtos.

Feita a descrição de políticas SAN, no ponto 7 são traçadas a partir da detalhada leitura da ENSA (de 2004), as linhas gerais de uma proposta de ENSAN 2020, incluindo objetivos gerais e estratégicos, as prioridades e linhas de ação. Especial atenção foi conferida à governança de SAN no ponto 8, sua arquitetura institucional e os mecanismos (existentes ou previstos) para sua operacionalização. As considerações finais destacam o DHAA, preconizado desde a Cimeira de 1996, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo, da qual Cabo Verde é um dos países signatários.

A metodologia de elaboração desta versão do documento contou com a participação de quadros de diversos setores de governação, mediante entrevistas e discussões em ateliers de socialização e apreciação de uma versão preliminar do mesmo. Foram realizadas mais de duas dezenas de entrevistas e 3 ateliers sendo um em São Vicente (Mindelo), outro em Santo Antão (Porto Novo) e Santiago (Praia). A preparação do documento se deu em duas fases, sendo a primeira de outubro a meados de dezembro de 2013, na qual se concluiu uma versão preliminar e a segunda fase em março e abril de 2014, para realização dos ateliers de socialização que antecedem a elaboração da versão final. Nos ateliers de socialização participaram responsáveis e quadros de serviços governamentais e municipais, ongs ligados à área de segurança alimentar. O objetivo de desenvolvimento dessa metodologia participativa foi propiciar que os distintos atores se reconheçam na ENSAN, pois sua adesão por convencimento é crucial ao êxito das ações propostas.

As estratégicas e linhas de ação prioritárias para o horizonte 2020, para além de contemplarem o DHAA e agricultura familiar, foram selecionadas com base na avaliação da implementação da ENSA e do PANSAN de 2007 a 2011 e orientaram a elaboração do Plano de Ação da SAN – PANSAN para o período 2014 a 2016.

2 – Segurança alimentar e nutricional

O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) é recente e originalmente foi utilizado, sobretudo nos países europeus, como meio de reduzir a dependência de alimentos na relação entre países. Nesta perspectiva, segurança alimentar aparece vinculada à segurança nacional.

No início dos anos 90, porém, com a Conferência Internacional de Nutrição (FAO/OMS), realizada em Roma em 1992, surgiu o conceito de segurança alimentar e nutricional. Nesta conferência, os governos comprometeram-se a envidar todos os esforços para eliminar ou reduzir substancialmente a fome, a fome crónica generalizada, a desnutrição, especialmente entre as crianças, mulheres e idosos; as deficiências de micronutrientes, particularmente o ferro, o iodo e a vitamina A, as doenças transmissíveis e não transmissíveis relacionadas com a dieta alimentar; o saneamento inadequado e a escassez de água potável.

De modo coerente, o Plano de Ação para a Nutrição contemplava nove temas prioritários: 1) melhorar a segurança alimentar das famílias; 2) proteger os consumidores através da melhoria da qualidade e segurança dos alimentos; 3) prevenção e gestão de doenças infecciosas;

4) prevenção e controle da deficiência de micronutrientes estratégicos; 5) promover uma alimentação adequada e estilos de vida saudáveis; 6) promover o aleitamento materno; 7) especial atenção aos grupos sociais economicamente desfavorecidos e nutricionalmente vulneráveis; 8) aliar aos objetivos nutricionais políticas e programas de desenvolvimento; 9) análise e monitoramento das situações de nutrição.

Observa-se assim, que a Segurança Alimentar e Nutricional envolve diversas áreas -- saúde, saneamento, produção e desenvolvimento agrícola, alimentação em quantidade e qualidade adequadas de modo a aumentar o consumo de alimentos e proporcionar renda.

Nesta Conferência, a FAO assumiu o compromisso de convocar a Cimeira Mundial da Alimentação, em 1996, na qual os chefes de Estado deliberariam sobre as medidas concretas necessárias para alcançar nos planos nacionais, regionais e global, os objetivos estabelecidos.

Na Cimeira de 1996 merecem especial destaque:

- (a) para melhorar o acesso aos alimentos é imprescindível erradicar a pobreza: a grande maioria das pessoas subalimentadas não pode produzir alimentos, ou mesmo comprá-los, em quantidade suficiente. Eles têm um acesso difícil aos meios de produção como a terra, água, insumos, sementes e plantas melhoradas, à tecnologia adequada e ao crédito agrícola. Apesar da assistência alimentar proporcionar um melhoramento desta situação, esta intervenção não resolve, a longo prazo, as causas principais da insegurança alimentar;
- (b) promover o acesso de todos, especialmente dos pobres e membros dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, a uma educação básica e aos cuidados de saúde primários, de modo a fortalecer as suas capacidades de autonomia;
- (c) promover o acesso de todas as pessoas, especialmente dos pobres e dos membros dos grupos vulneráveis e em situação desvantajosa, aos cuidados primário de saúde;
- (d) promover o acesso à água potável e ao saneamento para todos, especialmente em comunidades pobres e zonas rurais;
- (e) promover o acesso e o apoio ao ensino primário completo, incluindo, onde apropriado, programas de alimentação escolar;
- (f) as ações devem contribuir para que todos os seres humanos desfrutem plenamente dos direitos incluindo a segurança alimentar.

O objetivo da Cimeira Mundial de Alimentação em relação ao direito à alimentação adequada foi incorporado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aprovados na Cimeira do Milênio, realizada pelas Nações Unidas em 2000.

Em 2004, o Conselho da FAO aprovou as Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito

à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, também visando à implementação dos compromissos da Cimeira 1996.

O exame das Cimeiras de 1992 e 1996 revela a multidimensionalidade da Segurança Alimentar e Nutricional e a imperiosa centralidade da transversalidade a requerer uma ação coordenada de governo, pois a garantia do direito a Segurança Alimentar e Nutricional impõe a implementação de políticas públicas em diferentes setores - saúde, educação, trabalho, agricultura, rendimentos, meio ambiente, saneamento, etc. - e envolve ações no âmbito da produção, do processamento, da comercialização (incluindo a importação, quando necessária), do abastecimento, do controle da qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos, assim como do estímulo às práticas alimentares saudáveis e o respeito à cultura da população (soberania alimentar).

De modo similar, a Declaração Final sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da CPLP (Angola, 2010) destaca a transversalidade no domínio da política nacional de Segurança Alimentar, e liga aspectos de segurança alimentar e nutricional com o desenvolvimento sustentável e interfaces com a saúde e a educação. A mencionada Declaração também reconhece o direito humano à alimentação saudável como princípio básico das políticas de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Sustentável, com carácter transversal e com clara interface com várias outras áreas governativas.

Em síntese, as grandes decisões e recomendações seja no plano mundial, seja no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) apontam para a política de segurança alimentar e nutricional como uma política de direitos, cujo desafio consiste na ação coordenada de governo para a realização da transversalidade e para evitar a superposição de programas e políticas e a pulverização dos recursos.

Finalmente, em 2000, no âmbito do Comitê Inter-Estados de Luta contra a Seca na região do Sahel (CILSS) foi aprovado o Quadro Estratégico para a Segurança Alimentar (CSSA) como documento de referência do CILSS. Afirma-se que o documento foi amplamente discutido em todos os países do Sahel, validado no II Fórum das sociedades civis sahelianas e na Conferência dos Chefes de Estado (Bamako, 2000).

Foram identificados cinco objetivos estratégicos para garantir segurança alimentar na região do Sahel em 2015. Os objetivos estratégicos estabelecidos foram: i) a promoção de uma agricultura produtiva, diversificada e regionalmente integrada; ii) o desenvolvimento, a fluidificação e integração regional dos mercados nacionais; iii) melhoria sustentável das condições de acesso dos grupos e zonas vulneráveis à alimentação e serviços sociais básicos; iv) melhores dispositivos para a prevenção e gestão de crises conjunturais em sintonia com a construção estrutural da segurança alimentar; v) reforço das capacidades dos atores para a promoção de uma boa governança da segurança alimentar; e, v) reforço das capacidades dos atores para a promoção de uma boa governança da segurança alimentar.

Este documento do CILSS foi apresentado como um quadro de referência para todos os programas das instituições, a lhes conferir uma melhor coerência por se conectar a uma estratégia operacional e em programas de segurança alimentar em cada um dos nove países e em escala regional. Além disso, afirma-se que sua implementação requer a mobilização concertada das organizações intergovernamentais (OIG), bem como dos atores do setor privado e da sociedade civil.

Vale mencionar que desde 1976, Cabo Verde é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma organização de integração regional que tem por objetivo promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento da região e reúne quinze países da África Ocidental.

Após a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e como parte dos compromissos assumidos, Cabo Verde lançou em 1997, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP).

Como resultado da Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2004, Cabo Verde elaborou o Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE). A partir dessa Conferência, a comunidade internacional se engajou na ajuda aos países do Sul para a elaboração de seus Planos Nacionais de Gestão dos Recursos Hídricos, considerado condição necessária à implementação de ações conducentes à consecução dos Objetivos do Milênio. Vale dizer que em 1994, Cabo Verde já tinha elaborado seu Plano Diretor dos Recursos Hídricos para o período 1994-20052.

Em resumo, nos últimos 20 anos foi intensa a participação do país nos fóruns regionais e mundiais, muitos foram os compromissos assumidos, com ênfase na segurança alimentar e nutricional. Não menos importante são de destacar os compromissos com os oito objetivos do Milênio que tal como formulados a nível nacional são de: reduzir a pobreza extrema e a fome; assegurar a educação primária universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil – menores de 5 anos; melhorar a saúde materna; combater o HIV / SIDA, a malária e outras doenças; assegurar um ambiente sustentável: biodiversidade, abastecimento de água e habitação para os pobres; e, desenvolver uma parceria para o desenvolvimento.

2.1 - A Constituição da República de Cabo Verde

A proteção social no que diz respeito aos direitos de cidadania e aos deveres do Estado são elementos centrais, do ponto de vista do amparo legal, para a viabilização do direito à segurança alimentar e nutricional.

A Constituição estabelece entre as tarefas fundamentais do Estado (Artigo 7º) promover o bem estar e a qualidade de vida do povo cabo-verdiano, designadamente dos mais carenciados, e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os factores de discriminação da mulher na família e na sociedade.

No que concerne a proteção social, cabe ao Estado criar as condições para o acesso universal dos cidadãos à segurança social, pois todos têm direito à segurança social para sua proteção no desemprego, doença, invalidez, velhice, orfandade, viuvez e em todas as situações de falta (ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. (Artigo 70)

Os direitos sociais são tratados em inúmeros artigos da Constituição (à saúde, ao ambiente, direito das crianças, jovens, portadores de deficiência, idosos, à educação, à cultura, à cultura física e ao desporto, direito da família, dos consumidores etc.) e não conformam um capítulo sobre direitos sociais.

Quanto ao trabalho (Artigos 61 e 62), a Constituição de Cabo Verde determina que todos os cidadãos tem direito ao trabalho e cabe aos poderes públicos promover as condições para o seu exercício efetivos, e ainda que o Estado cria as condições para o estabelecimento de um salário mínimo nacional.

Finalmente, quanto ao direito à saúde (Artigo 71º), tão crucial à segurança alimentar e nutricional, a Constituição estabeleça que todos tem direito à saúde e o dever de a defender e promover, independentemente da sua condição económica. Para garantir o direito à saúde, incumbe ao Estado criar as condições para o acesso universal dos cidadãos aos cuidados de saúde.

A revisão da Constituição (já na agenda nacional) é uma excelente oportunidade para a unificação dos direitos sociais, sob a lógica da proteção social (contributiva e não contributiva), conforme estabelece o artigo 70º.

3 – Caracterização Geográfica e Socioeconómica

3.1 – Localização e clima

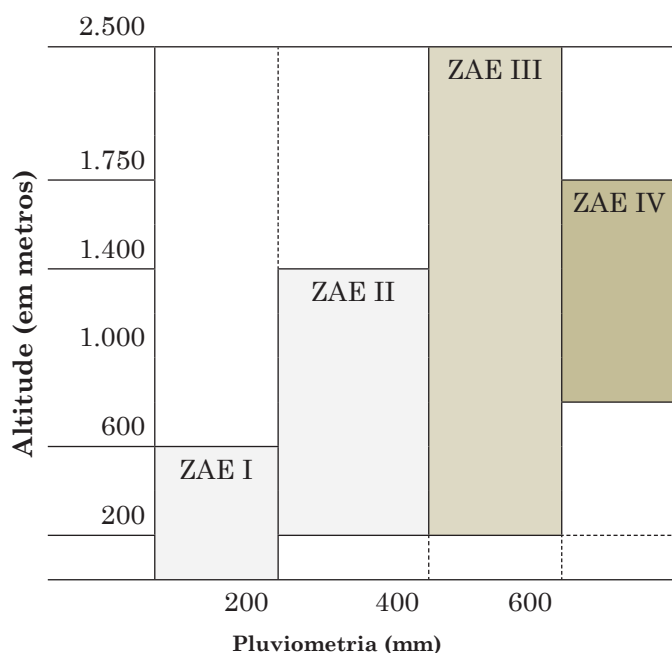
Cabo Verde é um país arquipelágico e insular constituído de 10 ilhas e 13 ilhotas, situado a oeste da costa ocidental africana, latitude e longitude entre os paralelos 14º48' e 17º12', de latitude norte, e os meridianos 22º44' e 25º22' de longitude oeste.

O país possui pequena extensão territorial, fracas condições agro-climáticas nomeadamente, escassez de água, curta estação chuvosa (julho a outubro) e reduzida extensão do solo arável. As ilhas são montanhosas de origem vulcânica, a superfície emersa é de 4.033 km² e a ZEE de 734.265 km². O relevo é bastante acidentado nas ilhas do Fogo onde se regista a altitude máxima de 2.829 metros, seguida de Santo Antão, Santiago e São Nicolau com altitude máxima de 1.979m, 1.394m e 1.312 metros respectivamente. Com altitude máxima inferior a 1000 metros temos a ilha da Brava (976 metros), São Vicente (750 m) e as ilhas de Maio, Sal e Boavista, consideradas ilhas rasas com respectivamente 437, 406 e 387 m de altitude máxima. O relevo é um fator determinante do elevado potencial erosivo (eólico e hídrico) dos terrenos.

A figura 1 mostra a distribuição das zonas agroecológicas segundo a pluviometria e altitude médias, determinante para os sistemas de produção e suas potencialidades.

²Ver: Conselhos de Ministros. Resolução no. 66/2010, de 24 de Novembro.

Figura 1. Zonas agroecológicas segundo a pluviometria e altitude médias



O clima do país é árido, tropical seco, com uma estação pluviosa curta que em regra vai de julho a outubro. O regime de precipitação é aleatório, chuvas irregulares e espacial e temporalmente mal distribuídas, podendo variar de 60 mm nas ilhas planas e entre 240 a 550 mm nas ilhas montanhosas.

3.2 – Demografia

Cabo Verde é habitado em 9 ilhas e conta com população total de 491.575 habitantes (INE: V RGPH 2010). A densidade populacional é de 121,8 habitantes por km² (em 2010) tem aumentado, pois em 2000 situava-se em 107,8 hab/km² (mais 14 hab/km² em uma década). O crescimento populacional se abranda no período 2000 a 2010 em comparação com o período anterior, como mostra a tabela 1.

Tabela 1. Evolução da população de Cabo Verde no período 1990 – 2010

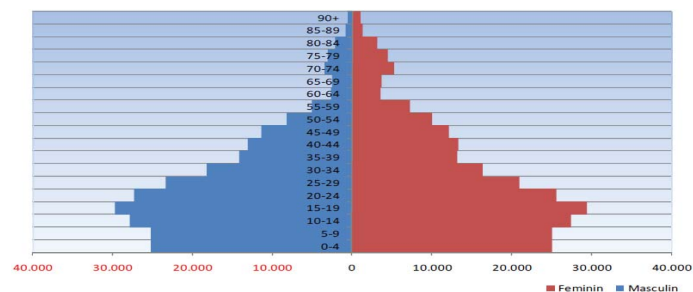
PERÍODOS	1990	2000	2010
Número de habitantes residentes	341.491	434.625	491.575
Taxa de crescimento médio anual (%)	1,25	2,73	1,24
População rural (%)	55,9	46,3	39,4

Fonte. Dados do RGPH dos anos respectivos

A urbanização tem sido crescente nas últimas décadas, como demonstra a redução da população rural. A distribuição da população cabo-verdiana é muito desequilibrada. A ilha mais populosa é Santiago (55,7%) e o concelho da Praia, onde se encontra a capital do país, alberga 26,8% da população total, seguida de São Vicente (15,5%), Santo Antão (8,9%), Fogo (7,5%), Sal (5,2%), São Nicolau (2,6%), Boavista (1,9%), Maio (1,4%) e Brava (1,2%). Em Santiago também se verifica importante dinâmica de crescimento populacional, assim como nas ilhas do Sal e Boavista, devido ao forte crescimento do turismo (com base no RGPH de 2010).

A estrutura da população é marcada pela predominância do sexo feminino (50,5%) e principalmente pela juventude (a idade média é de 26,8 anos e 54,4% da população tem menos de 25 anos, e a idade mediana é 22 anos). Quase três quartos da população (73%) tem idade inferior 35 anos, conforme elucida o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1. Pirâmide etária, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE

A população idosa (com 65 e mais anos) em 2000 era de 6,3% e em 2012 segundo IMC do INE foi de 6,1%. A esperança média de vida em 2000 era de 71 anos sendo 67 anos para homens e 75 anos para mulheres, contra 55 anos para os dois sexos em 1970.

Nos agregados familiares, a idade média é de 48,1 anos, a mediana é igual a 46 anos e estes são constituídos por 4,2 membros, em média, sendo que 14 dos 22 municípios do país estão acima da média nacional. Estima-se que em 2020 a população de Cabo Verde será de 570 mil habitantes, com 67,2% residindo nos centros urbanos.

3.3 – Caracterização económica e social

A população de cerca de meio milhão de pessoas dispersas por um conjunto de ilhas confere limitações de economia de escala na rentabilização de sistemas infraestruturais e sociais. As principais vantagens são a localização geográfica do país, (seu posicionamento no cruzamento entre os continentes norte e sul americanos, europeu e africano), que proporcionam prestação de serviços portuários e aeroportuários e a Zona Económica Exclusiva (ZEE) para exploração das riquezas marinhas e património paisagístico. Estes diferenciais contribuem grandemente para a viabilização económica do país.

Os recursos naturais são escassos, o que confere muitas dificuldades para um desenvolvimento endógeno sustentado, dado a sua dependência do exterior. A economia nacional tem o setor de serviços como dominante e em crescimento forte nas últimas décadas, sobretudo, devido à atividade turística e impulsionado ainda pelos vultosos investimentos em infraestruturas económicas e sociais. A atividade turística vem se afirmando como fonte de receita importante e que contribuiu substancialmente para o bom desempenho económico nos últimos 10 anos.

Assim, a estrutura do PIB apresenta a predominância do setor terciário, que considerando os dados estatísticos disponíveis para os últimos anos, situa-se ao redor de 60%, tendo como maiores contribuintes os setores do transporte, armazenagem e comunicações e os serviços não mercantis. O setor secundário ainda incipiente, uma vez que quase tudo o que é consumido no país tem origem

nas importações, é pouco superior a 24%. O primário, baseado na agricultura principalmente, mas que inclui também as pescas e o extrativismo, situa-se historicamente em 8,5%. A parte correspondente a taxas e direitos de importações monta 6,4%.

3.4 – Setor agro-pecuário, haliêutico e alimentar

A produção agropecuária em Cabo Verde enfrenta dificuldades em relação aos recursos naturais. Com uma área arável estimada em cerca de 41 mil hectares, correspondente aproximadamente a 10% da superfície total e clima do tipo subtropical seco, com humidade abaixo dos 10%, conta com precipitações médias de 225 mm ao ano, mal distribuídas no espaço e no tempo, com chuvas por vezes torrenciais.

O sistema produtivo está assente em pequenas unidades familiares, que utilizam geralmente, técnicas essencialmente tradicionais, de produção para a sua subsistência. Pelos dados do último Recenseamento Geral da Agricultura (RGA 2004, realizado pelo MDR), eram 44.450 explorações agrícolas, das quais 17% praticavam a irrigação (Tabela 2).

Tabela 2. Número e peso das explorações familiares e de regadio por ilha

Ilhas	Nº de explorações agrícolas familiares	Peso no total (%)	Nº de explorações de regadio	Peso no total (%)
Santo Antão	6.789	15	2.622	35
São Vicente	2.060	5	171	2
São Nicolau	2.009	5	349	5
Sal	410	1	6	0
Boavista	489	1	40	1
Maio	1.098	2	124	2
Santiago	24.625	55	4.069	54
Fogo	5.726	13	87	1
Brava	1.244	3	125	2
Total	44.450	100	7.593	100

Fonte: RGA 2004/MAAP - GEP

A distribuição dessas unidades entre as ilhas revela que Santiago é a mais importante, congregando 55% das explorações (e 54% das unidades com irrigação). Esta é secundada por Santo Antão que apesar de contar com apenas 15% das unidades de exploração, detém 35% das unidades de regadio. A ilha do Fogo, ao contrário, regista 13% das unidades e apenas 1% dentre as explorações de regadio (a distribuição das explorações pelas ilhas é apresentada na tabela 2).

As principais culturas de sequeiro são o milho e os feijões que ocupam a maior parte da área cultivada, havendo também as culturas consideradas de renda, sendo as principais a cana de açúcar e o café. As hortícolas, frutícolas, raízes e tubérculos apresentam aumentos significativos de cultivo nos últimos 5 anos, com efeitos no abastecimento e na redução dos preços médios no mercado.

A agricultura encontra na deficiente infraestrutura para a irrigação e acesso aos mercados, no reduzido acesso ao crédito, na legislação fundiária e na baixa escolaridade da população rural os principais constrangimentos para o aumento da produtividade e da diversificação, necessários à melhoria do rendimento dos agricultores.

O efetivo pecuário, conforme informações recolhidas têm evoluído e assegurando quase que 100% do abastecimento do mercado em carne e ovos. A maior concentração da atividade é na ilha de Santiago, seguida da ilha do Fogo com 12%, São Vicente com 10% e Santo Antão com 9%. O peso relativo das demais ilhas (São Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava) é marginal, totalizando 9% (Plano Diretor da Pecuária, 1997). O setor pecuário satisfaz cerca de 95% da procura interna de carne. No caso do leite, no entanto, a taxa de cobertura é de apenas 25% (SEPA, 2000).

Na avicultura há as formas de produção tradicional e a intensiva, que concorre com a importação massiva de frangos congelados. A criação de porco se expandiu nos últimos anos devido à introdução de novas raças. As doenças que afetam a saúde animal no país são a peste suína africana, doença de Newcastle, parasitas e ainda doenças bacteriológicas como a tuberculose e a brucelose.

Em matéria de alimentação animal, nos anos em que há escassez de chuva e penúria de pastagem, verifica-se insuficiência nutricional nos animais. Algumas iniciativas de armazenamento de excedente de pasto para o período de sequeiro e a existência de várias empresas de produção e importação de ração têm contribuído para o fomento pecuário. A importância da pecuária apesar de ter fraco contributo no PIB, está na satisfação das necessidades da população em proteína e gordura animal que proporciona, além da atividade representar fonte de rendimento complementar para muitas famílias.

O setor florestal dá igualmente contribuição significativa para a segurança alimentar, de forma indireta, na luta contra a desertificação, geração do emprego, conservação dos recursos naturais solo e água, cobertura vegetal e ainda no fornecimento de lenha, carvão e material forrageiro.

O volume de produção pesqueira em Cabo Verde é de 25 mil toneladas anuais, situando-se abaixo do potencial de 40 mil toneladas por ano. Deste volume, cerca de 80% é exportado e predomina o atum, cuja captura situa-se ao redor de 15 mil toneladas anuais. Estes números indicam um importante volume não realizado a cada ano, o que permite vislumbrar potencial de crescimento das pescas, passando a cumprir mais destacado papel econômico, para além daquele de prover o sustento das famílias que nela atuam. Ademais há potencial para atividades de aquicultura e maricultura, ainda inexplorados.

O controle da qualidade dos produtos de origem animal, do pescado e alimentares agrícolas, bem como a regulação dos processos de conservação e transformação constituem desafios a ter em conta para a proteção da saúde da população.

4 – Condições de Saúde, Pobreza e Vulnerabilidade

Nesse item será construído um diagnóstico das condições de vida e das manifestações de pobreza com o objetivo de propor um plano de ação a ser implementado progressivamente, visando a segurança alimentar e nutricional e o correlato direito humano à alimentação adequada. Trata-se, a partir do diagnóstico, de construir um roteiro de prioridades.

4.1 - Saúde

As condições de saúde serão examinadas com base em três indicadores: mortalidade infantil, afecções e doenças prioritárias sob vigilância epidemiológica e por último os relativos aos aspectos nutricionais. Mais adiante e com base no Recenseamento de 2010, será dada especial atenção aos vetores que jogam importante papel por potencializarem as enfermidades, particularmente saneamento e água potável.

A mortalidade infantil tem apresentado uma tendência decrescente, mas é provável que Cabo Verde consiga atingir, até 2015, ao objetivo ODM 4 de reduzir em 2/3 a mortalidade infantil, segundo o relatório ODM 1010, 2011 e 2012 de Julho 2013 que dá conta que a meta é realizável, acoplada a ganhos no domínio da água e do saneamento.

Em 2004, a taxa de mortalidade peri-natal era de 28,6 (por 1000 nados vivos) passando para 26,3% em 2011, segundo o PNDS do Ministério da Saúde. Os óbitos estão concentrados no primeiro ano de vida, mas, sobretudo, na primeira semana de vida (mortalidade neonatal precoce). Em 2011, as causas da mortalidade infantil, conforme o Ministério da Saúde de Cabo Verde, segundo percentagens relativas, revelam a forte presença de doenças infecciosas e parasitárias e das respiratórias: 10,9% e 6,3%, respectivamente. É importante registrar, no entanto, um decréscimo na participação nas causas dos óbitos quando se compara com 2007: os óbitos eram de 14,2% (infecciosas e parasitárias) e 7,8% (respiratórias).

A redução da taxa de mortalidade infantil passa obrigatoriamente por medidas de combate as doenças infecto-parasitárias. Essas enfermidades pertencem ao quadro das chamadas “doenças negligenciadas da pobreza” que são aquelas que prevalecem em condições de pobreza e representam um obstáculo ao desenvolvimento. O termo é utilizado para designar a um conjunto de doenças causadas por agentes infecciosos e parasitários (vírus, bactérias, protozoários e helmintos), que são endêmicas em populações de baixa renda e escasso bem-estar. Nesse sentido, o acesso à água potável, casas de banho e destino adequado do lixo, combinada com acesso à rede de saúde, cumprem papel da maior relevância.

No que se refere ao número de óbitos por afecções do período perinatal (Gráfico 2) e que atingem essencialmente aos nascidos vivos e com baixo peso ao nascer, eles estão a indicar deficiências na assistência pré-natal, ao parto e ao recém nascido.

Gráfico 2. Causas da mortalidade infantil em 2011³

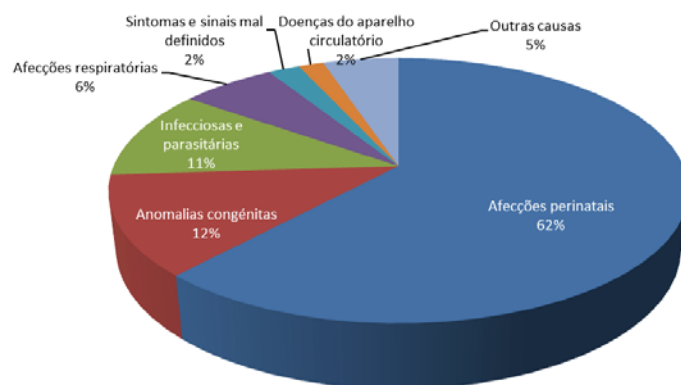


Tabela 3. Doenças Prioritárias sob Vigilância Epidemiológica

DOENÇAS	2007	2008	2009	2010	2011
Diarreicas < 5 anos	12.028	11.831	11.770	13.660	12.970
Diarreicas 5 e + anos	9.609	9.736	10.7367	9.995	9.853
Disenteria/Diarreia com sangue	2.018	1.801	1.817	1.681	1.274
Tuberculose Pulmonar.	223	278	266	284	312
IRA < 5 anos	ND	ND	16.518	27.352	29.399
IRA 5 e + anos	ND	ND	10.956	13.093	18.327

Fonte: Ministério da Saúde da República de Cabo Verde. Relatório Estatístico, 2011

Em relação às afecções e doenças prioritárias sob vigilância epidemiológica, os mais expressivos casos notificados encontram-se na Tabela 3.

Quanto ao estado nutricional, segundo o inquérito sobre a prevalência da anemia e fatores associados em crianças menores de 10 anos (IPAC, 2009), cerca de 10% (9,7%) das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica, 2,6% delas têm desnutrição aguda e quase um quarto (24,9%) dos maiores de cinco e menores de dez anos apresentam baixo peso. No entanto, 63,8% das crianças maiores de cinco anos e menores de dez estão em bom estado nutricional (eutrofia⁴). Isto indica uma melhora da situação da desnutrição infantil, dada a diminuição significativa das taxas de desnutrição nos últimos 10 anos em detrimento da emergência do sobrepeso e da obesidade, que já atingem 5,3% e 6,2% e respectivamente. Isto leva a dois caminhos paralelos: um no intuito de diminuir mais as taxas de desnutrição e outro no sentido de prevenir doenças associadas ao sobrepeso e á obesidade.

No que diz respeito a deficiências de micronutrientes, a mesma fonte (IPAC, 2009) indica que a anemia é um problema de saúde pública de magnitude grave (Tabela 4).

Tabela 4. Anemia em crianças menores de 10 anos

INCIDÊNCIA DE ANEMIA EM CRIANÇAS	%
menores de 5 anos	52,4
maiores de 5 e menores de 10 anos	37,5

Fonte: IPAC, 2009

³Ministério da Saúde de Cabo Verde. Relatório Estatístico 2011, p. 19

⁴Eutrofia significa boa nutrição e peso adequado em relação à altura.

A prevalência é maior em Maio (66,1%), Santiago Norte e São Nicolau, todas acima de 50%. Nas zonas rurais regista-se também maiores taxas de anemia, 53,3% das crianças menores de 5 anos e 38,3% das maiores de 5 e menores de 10 anos.

Em relação aos distúrbios resultantes da carência em iodo (IDDCI, 2010), é importante registrar a disponibilidade (acesso) de sal iodado nas famílias (91,9%) e nas cantinas escolares (95,7%) e em termos de saúde pública a carência de iodo é classificada como uma endemia ligeira (prevalência de 7,6% em 2010 contra 25,5% em 1996).

Relativamente ao aleitamento materno, 32% das crianças com menos de 6 meses se beneficiam do aleitamento materno exclusivo e 12,5% continua a amamentação até aos 2 anos (IPAC, 2009).

Ainda, no que tange à situação nutricional, os dados de inquérito sobre doenças crónicas não transmissíveis (IDNT, 2007) apontam que 3,8% dos adultos de 25 a 64 anos são desnutridos, 26,4% apresentam sobrepeso e 10,6% são obesos. O mesmo estudo aponta que as taxas de hipertensão arterial e hiperglicemia são 34,9% e 12,7% respectivamente. De salientar que 90% da população entre 45 e 64 anos apresentam um risco médio de doenças cardíacas e 85% da população entre 25 e 44 anos apresentam risco médio de doenças cardíacas.

Considerando os indicadores anteriormente mencionados e que tratam de mortalidade infantil, doenças infecto-parasitárias, desnutrição, anemia e baixo peso, entre outras, observa-se situações de insegurança alimentar que impactam negativamente no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, a insegurança alimentar expressa a negação de direitos elementares dos cidadãos: o de estar vivo e sem doença, estar bem nutrido e em condições de desenvolver suas potencialidades.

Em relação à vulnerabilidade, o Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias das Zonas Rurais (ISVAF5, 2005) reporta que 20% dos agregados familiares rurais viviam em situação de insegurança alimentar e que 11% estavam ameaçadas pela insegurança alimentar, isto é, correm risco de experimentar IA subsequente a uma crise. Mais, a IA é mais crítica nas ilhas denominadas “agrícolas” (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo) e nos municípios de São Domingos, Paul, Mosteiros, Porto Novo, Praia e Santa Catarina.

Segundo dados do Inquérito de Seguimento das Zonas e Populações Vulneráveis⁶ de Santiago, Santo Antão, São Nicolau, Brava e Fogo após a campanha agrícola de 2009/2010, 4,1% da população rural das zonas de risco alimentar encontravam-se em situação de insegurança alimentar e 53,7% estão sob risco de insegurança alimentar. As ilhas de Santiago e São Nicolau são as que apresentavam maior percentual de famílias em

situação de insegurança alimentar. Em S.Nicolau, a situação calamitosa deveu-se a inundações por chuvas que atingiram níveis recordes, destruindo terras agrícolas, principalmente as destinadas a culturas irrigadas, cortes de estradas e deslizamentos de terrenos. O total da população em situação de insegurança e em risco de insegurança alimentar é de 80.690 pessoas, número inferior ao estimado em outubro de 2009, ou seja, menos 22.660 pessoas afetadas.

Considerando que há segurança alimentar quando as pessoas tem acesso permanente a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável e que o acesso diário aos alimentos depende fortemente do poder aquisitivo, ou seja de rendimentos para comprar os alimentos, encontra-se no horizonte da República de Cabo Verde dois grandes desafios o da implantação do salário mínimo⁷, e, ainda ampliar a rede de proteção de base não contributiva.

Adicionalmente, porém não menos importante, as informações contidas no Censo de 2010 fornecem elementos para um plano de ação que, de modo progressivo e simultâneo, aumente o bem-estar ao atuar positivamente sobre os vetores (agente infectante) das enfermidades, amplie a segurança alimentar e nutricional na perspectiva do direito humano a uma alimentação adequada, designadamente: o direito de não passar fome; o direito ao acesso a água potável; o direito a fonte de energia para cozinhar, etc.

O censo contém um conjunto de indicadores que permitem um acurado exame das condições de vida e bem estar da população cabo-verdiana. São eles: o acesso à água potável, as condições de habitação, de higiene e saneamento básico, as fontes de energia para iluminação e preparação dos alimentos e, ainda a posse de alguns bens que contribuem para o bem estar.

No entanto, examinar as informações do Censo de 2010 em perspectiva, ou seja, as mudanças ao longo da década (2000-2010), incluindo os resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (2012), ou sua dinâmica temporal, permitirá olhar ao passado recente e estimar o quê ainda necessita ser realizado. Será dada especial atenção aos indicadores que incidem diretamente na segurança alimentar e nutricional: água, saneamento (instalações sanitárias, evacuação das águas residuais e dos resíduos sólidos) e acesso à energia.

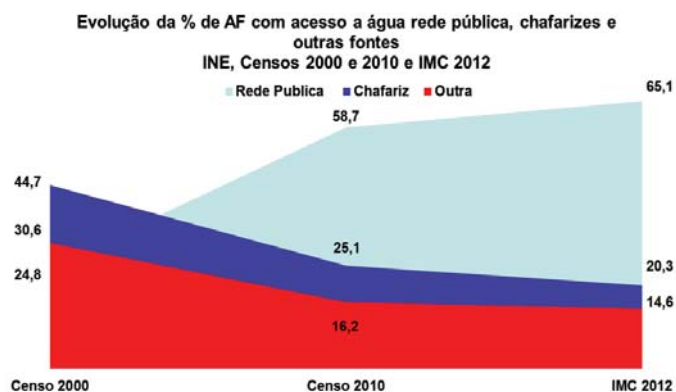
4.2 - Acesso à Água

Em 2000, a principal fonte de abastecimento dos agregados familiares era o chafariz (44,7%), tanto no meio urbano como no rural, com essa fonte representando 37,9% e 53,8% respectivamente. A rede pública que em 2000 abastecia apenas 24,8% das residências passou para 58,7% em 2010 e 65,1% em 2012. (ver Gráfico 3).

⁵Inquérito realizado em períodos de 5 ou mais anos abrangendo todo o território nacional.

⁶Inquéritos do ano realizados anualmente no período de outubro a dezembro do ano anterior.

⁷O salário mínimo é previsto na Constituição de Cabo Verde e está em vigor pela primeira vez desde 01/01/2014, com valor de 11.000 escudos caboverdeanos (100 euros), inferior ao salário base na administração pública de 15.000 escudos (136,03 euros) e deverá beneficiar principalmente os empregados do comércio, guardas privados e empregadas domésticas, dentre outras categorias.

Gráfico 3. Agregados familiares segundo a principal forma de abastecimento de água (em %)

Fonte: INE, 2013

Observa-se assim que ao longo da década ocorreu uma expressiva melhoria no abastecimento pela rede pública. O setor urbano cresceu a uma velocidade muito superior ao setor rural (Tabela 5), embora este último tenha saído de um patamar bem inferior em 2000 (7,1%), em 2010 tenha atingido 43%, para em 2012 alcançar 52% das residências no meio rural.

Tabela 5. Agregados familiares segundo a principal forma de abastecimento

	IMC 2012			Censo 2010			Censo 2000		
	Rede Pública	Chafariz	Outra	Rede Pública	Chafariz	Outra	Rede Pública	Chafariz	Outra
Cabo Verde	65,1	20,3	14,6	58,7	25,1	16,2	24,8	44,7	30,6
Urbano	71,7	20,1	8,1	66,7	23,9	9,3	38	37,9	24,2
Rural	52	20,6	27,3	43,3	27,3	29,5	7,1	53,8	39,1

Fonte: INE Inquérito Multiobjetivo Contínuo, 2012

O exame por Concelhos dos dados de 2012, é revelador das desigualdades entre-concelhos com Ribeira Grande e Paúl com índice acima de 80% de cobertura pela rede pública e São Salvador do Mundo com 7,1%. Ao mesmo tempo alguns concelhos evoluem em ritmo muito lento, como é o caso de Boa Vista, que em 10 anos passa de 25% para 29,7% em 2010.

Ainda segundo o IMC 2012 a distribuição dos agregados segundo o hábito de tratamento de água utilizada para beber vindo da mesma fonte através da rede pública indica 49,1% ligação direta à rede pública, 5,9% através de vizinhos, seguida pelo chafariz com 20,3%) autotanque 4,8%, nascente 3,3%, poço 1,8%, água engarrafada 12,1% e outros 0,8%. Enquanto no meio urbano de residência, 17,4% utilizam a água engarrafada, no meio rural este percentual é de 1,7%. Na área rural, a água do chafariz responde por 20,8%, a água de nascente por 9,9% e o poço por 5,2% (ver tabela 6). Assim, uma parte significativa da população não tem acesso à água potável, sobretudo, no meio rural e são escassas as informações sobre a qualidade da água.

A disponibilidade de água subterrânea e a distância dos povoados em relação aos pontos de abastecimento, são constrangimentos a serem ultrapassados para melhoria do acesso à água potável em algumas localidades.

O consumo médio, estimado em 2007 no QUIBB, de 50 litros por pessoa por dia nas ligações à rede pública e 15 litros por dia nos chafarizes é condicionado não só pelas disponibilidades mas também pelos preços da água nos chafarizes e nas ligações à rede pública.

Tabela 6. Acesso à água potável

Distribuição dos agregados familiares segundo o hábito de tratamento (uso) da água utilizada para beber vindo da mesma fonte (%)			
Forma de Abastecimento	Cabo Verde	Urbano	Rural
Rede Pública	49,1	50,2	47
Vizinho	5,9	6,7	4,2
Chafariz	20,1	19,8	20,8
Autotanque	4,8	5,3	3,9
Nascente	3,3	0	9,9
Cisterna	2	0,2	5,6
Poço	1,8	0,1	5,2
Água engarrafada	12,1	17,4	1,7
Outros	0,9	0,3	1,7
Total	100	100	100

Fonte: IMC 2012

Em termos gerais, quanto menor a presença da rede pública, maior a participação do chafariz como são os casos dos Concelhos de Boa Vista e São Domingos (mais de 50% utilizam a água do chafariz). No entanto, em São Salvador do Mundo mais de 30% bebem água das nascentes. Vale dizer que nos Concelhos de São Vicente, Sal e Boa Vista, a água engarrafada responde por mais de 20% do total destinado ao consumo humano.

A partir dessas informações é possível afirmar que a água como alimento (não para a produção) ainda é um problema a configurar um certo grau de insegurança alimentar.

A Norma de Qualidade da Água é de fevereiro de 2004 e há estudos de revisão em curso no âmbito do projecto Water and Sanitary Hygienic (WASH), financiado pelo compacto Millenium Challenge Account (MCA). O Laboratório Central do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH)⁸ está devidamente equipado mas não tem meios suficientes (recursos humanos e equipamentos) para a realização dos testes de qualidade. Segundo entrevista realizada em 28/11/2013, os testes estão concentrados em Santiago (70%) e nas demais ilhas está restrito a uma vez por ano e mesmo essa agenda é difícil de ser cumprida, em virtude das distâncias, ou do tempo despendido no traslado do material e seu bom acondicionamento, e a ausência de laboratórios e técnicos nas localidades.

Nas análises realizadas é frequente detectar a presença de coliformes fecais (E. Coli), como indicam os estudo de Gracy Santos Heijblon para a elaboração Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, nitratos e nitritos, a indicar a deterioração da qualidade da água pela presença de matéria orgânica, e, na água dessalinizada é marcante o boro. Em resumo, a água como alimento é um grave problema e certamente responsável por enfermidades relacionadas com os recursos hídricos.

⁸O INGRH foi legalmente extinto e encontrava-se em transição para ANAS aquando dos contactos para a elaboração deste documento.

4.3 - Saneamento

No que se refere ao saneamento, ele será examinado a partir de três indicadores: alojamentos com instalações sanitárias, sistema de evacuação de águas residuais e de resíduos sólidos. A escolha desses três indicadores explica-se pelo impacto que provocam na saúde⁹, no meio ambiente e na segurança alimentar e nutricional. São muitas as enfermidades vinculadas a água e à evacuação das águas residuais, como as parasitoses e doenças infecciosas já comentadas.

A tabela 7 construída com base no Censo de 2010 mostra que cerca de 56% dos alojamentos no meio rural não tinham sanita nem latrina em 2010. Em 2000, 38,7% dos alojamentos, não tinham sanita, mas em 2010, a cobertura passou para 63,6%. Mesmo assim, há um grave problema de bem estar e de saúde pública.

Tabela 7. Alojamentos com instalações sanitárias (em 2010)

ALOJAMENTOS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			
	Com sanita	Latrina	Sem sanita nem latrina
Cabo Verde	63,6	0,3	35,2
Urbano	74,7	0,4	24,6
Rural	42,2	1,7	55,9

Fonte: INE. Censo de 2010

Observe-se, na comparação entre os Concelhos, que em Santa Cruz, São Domingo, Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande de Santiago mais de 60% dos alojamentos não contam com sanita nem com latrina. Em 2012, conforme o IMC de 2012, ocorreu nova melhora neste aspecto do saneamento com 73,4% dos alojamentos com sanita, embora em 28,3% sem autoclismo.

Em relação às instalações de casa de banho, o défice (Tabela 8) no país é superior a 50% (55,9%), impulsionado pelos alojamentos no meio rural com 75% sem casas de banho.

No entanto, conforme entrevista realizada no Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, em 20/11/2013, estão em curso ações de construção de casas de banho, como o apoio das câmaras municipais e a previsão é zerar o défice em 2030, ou seja nos próximos 16 ou 17 anos. É um tempo muito longo quando se considera o ritmo da melhoria da cobertura na última década - 38,7% em 2000 para 43,8 em 2010 – e 45,3% em 2012 (IMC, 2012).

Tabela 8. Instalações de banho

INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE (BANHEIRA COM CHUVEIRO)			
	Sim	Não	ND
Cabo Verde	43,8	55,9	0,3
Urbano	53,6	46,1	0,3
Rural	24,8	75	0,2

Fonte: INE. Censo de 2010

Em relação ao sistema de evacuação de águas residuais (Tabela 9), os Concelhos de Santa Cruz, Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeirão Grande de Santiago são aqueles em que mais de 60% dos alojamentos não dispõem da rede pública de esgoto, nem de fossa séptica. Considerando a soma de esgoto e fossa séptica, o percentual de cobertura se eleva para 66,8% e pelo IMC esse percentual passou para 73% em 2012.

Tabela 9. Evacuação de águas residuais

SISTEMA DE EVACUAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS			
	Rede pública de esgoto	Fossa séptica	Não tem
Cabo Verde	19,4	47,4	32,9
Urbano	28,8	49,2	21,6
Rural	1,1	44	54,6

Fonte: INE. Censo de 2010

No entanto, a principal forma de evacuar águas sujas da lavagem da roupa, da limpeza e do banho é jogar ao redor da casa (50,6%). A fossa séptica e rede de esgoto respondem por 37,3% e o terceiro principal destino é a natureza. (INE - IMC, 2010)

Em relação ao destino dado ao lixo caseiro (Tabela 10) merecem destaque os alojamentos no meio rural onde mais de ¼ do lixo é jogado na natureza. É possível que hábitos culturais fortemente arraigados e combinados com o precário acesso ou a escassa disponibilidade dos serviços públicos expliquem o fenómeno

Tabela 10. Evacuação de resíduos sólidos

MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO CASEIRO)					
	Colocado em contentores	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrados-queimados	Jogado ao redor da casa	Jogado na natureza
Cabo Verde	56,5	15,6	10,5	5,8	11,11
Urbano	71,7	20,5	4,1	0,9	2,9
Rural	28,2	6,1	23,1	15,4	26,8

Fonte: INE. Censo 2010.

Essas informações colocam na agenda pública, desde qualquer ponto de vista (saúde, segurança alimentar, bem estar social), o tema das infraestruturas de saneamento básico - recolha e tratamento dos resíduos sólidos, e quiçá a sua reciclagem, recolha de águas residuais, ampliação das ligações de rede de água e esgoto e um esforço adicional de redução das desigualdades entre ilhas, entre concelhos e as zonas rurais e urbanas.

4.4 - Energia

Segundo o Censo, em oito Concelhos a principal fonte de energia para cozinhar, acima de 50% , era a lenha, com destaque para Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos, todos acima de 70% e em 2012, os dois últimos permaneceram acima de 70%. Entre 2010 e 2012 (tabela 11) se regista uma pequena melhora na redução do uso da lenha (1%) e uma ampliação no uso do gás.

⁹Ver: Lei no. 46/VIII/2013, de 17 de setembro.

Tabela 11. Fontes de energia para cozinhar

	PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA COZINHAR					
	Censo 2010			IMC 2012		
	Gás Eletri- cidade	Lenha Carvão	Não Prepara	Gás Eletri- cidade	Lenha Carvão	Não Prepara
Cabo Verde	70,2	25,6	3,8	73,1	24,7	2,1
Urbano	88,1	7,2	2,6	91,3	6,7	2,1
Rural	35,5	61,5	27,3	37,6	60,3	2,1

Fonte: INE. Censo 2010 e IMC, 2012

A energia para cozinhar não significa a existência de cozinha no interior do alojamento. Segundo o IMC, em 2012, 17,4% dos alojamentos não tinham cozinha nem kitchenette e em 13,3% elas estavam no exterior do alojamento.

Em relação às fontes de energia para iluminação (tabela 12) observa-se que a eletricidade supera as demais fontes tanto no meio urbano quanto no rural. Em alguns Concelhos (Tarrafal, Santa Catarina, Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos) o uso da vela representa mais de 1/3.

Em 2012, o acesso à eletricidade cresceu 7,5 pontos, o uso da vela caiu cerca de 5 pontos (IMC, 2012) e Tarrafal tornou-se o único Concelho cujo uso da vela permaneceu acima de 30%.

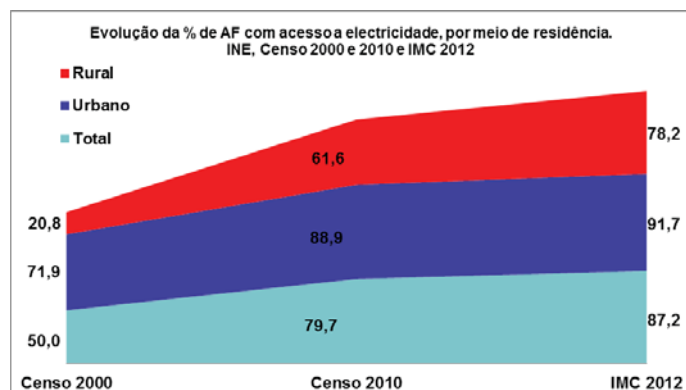
Tabela 12. Principais fontes de energia para iluminação

PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO					
	Eletricidade	Vela	Petróleo	Gás	Outro
Cabo Verde	79,7	15,3	4,4	0,2	0,1
Urbano	88,9	9,1	1,4	0,1	0
Rural	61,7	27,4	10,1	0,3	0,1

Fonte: INE. Censo 2010

A evolução do acesso à eletricidade em percentagem de agregados familiares cresceu de modo expressivo: pelo Censo de 2000, esse percentual representava 50% dos agregados familiares; em 2010 (também Censo) 79,7% e em 2012 (IMC) 87,2%.

Gráfico 4. Evolução do número de agregados familiares com acesso a eletricidade, considerando os Censos 2000 e 2010 e o IMC 2012, em percentagem



Fonte: INE 2013

O exame das condições de vida por meio dos indicadores característicos da situação dos grupos familiares cabo-

verdianos, (habitação, acesso à água de qualidade, saneamento básico, as fontes de energia para a iluminação e preparação dos alimentos, entre outros), assim como os principais indicadores de saúde (mortalidade, morbilidade) oferecem elementos para a formulação de um plano de prioridades, ou melhor, ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. E, além disso, caminhar de modo progressivo no sentido de garantir o DHAA

4.5 - Bens duráveis

O acesso a alguns bens que contribuem para o bem estar (Tabela 13), para além do conforto e economia de tempo nos serviços domésticos, visa destacar os meios para a conservação (frigorífico, arca congeladora) e processamento dos alimentos (fogão, por exemplo), mas também ao conforto (máquina de lavar roupa) e ao lazer domésticos (TV, CD, DVD).

Tabela 13. Posse de bens e equipamentos dos agregados familiares

POSSE DE BENS E EQUIPAMENTOS DOS AGREGADOS FAMILIARES									
	Frigorífico	Fogão a gás Campigas	Micro-ondas	Arca congeladora	Máquina lavar roupa	TV	Rádio	Leitor CD, DVD, video	Carro
Cabo Verde	58,3	86,5	20,4	10,4	16	73,9	62,3	51,8	12,7
Urbano	69,9	91,5	26,7	12,3	22,4	82,8	66,4	59,6	16,4
Rural	35,7	76,9	8	6,5	3,7	56,6	54,4	36,6	5,7

Fonte: INE, Censo 2010

4.6 - Mercado de Trabalho

A inclusão de indicadores sobre o mercado de trabalho e os rendimentos no item relativo à pobreza e vulnerabilidade esbarrou na ausência de informação sobre rendimentos para compará-los com recursos monetários necessários à aquisição de uma cesta básica de alimentos. O método utilizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Cabo Verde é da melhor qualidade, pois incorpora variáveis relacionadas as múltiplas dimensões da pobreza.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego (último trimestre de 2012) atingiu cerca de 17% da população em idade ativa (Tabela 14). O desemprego foi crescente ao longo da década e mantém a tendência à elevação.

Tabela 14. Taxa de Desemprego: 2000 - 2012

	IMC 2012 %	Censo 2010 %	Censo 2000 %
Cabo Verde	16,8	10,7	8,6
Urbano	19,1	11,8	11,1
Rural	12,1	8,4	5,4

Fonte: INE. Censos e IMC – Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho

Os mais jovens (entre 15 e 24 anos de idade) são os mais atingidos e na média, o desemprego é maior entre as pessoas do sexo feminino, 12,1% contra 9,6% do sexo masculino. Em 2010, São Vicente era líder em taxa de desemprego (14,8%), seguido por Praia (com 11,3%). Em São Vicente, a taxa de desemprego dos jovens é de 29,6% e em Praia é de 25%. Em resumo, conforme o Censo de 2010, o desemprego afeta sobretudo aos jovens, especialmente os do sexo feminino.

Para enfrentar a questão do desemprego juvenil algumas opções podem ser consideradas pelo governo de

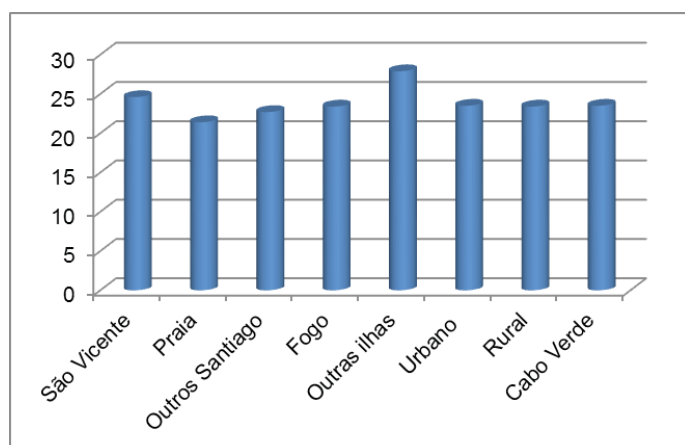
Cabo Verde: a) estimular o retorno dos jovens às escolas, em virtude do elevado percentual daqueles que não estudam nem trabalham, por meio de incentivo monetário condicionado à frequência escolar; b) garantir o depósito de um valor em conta como uma poupança por cada ano de aprovação escolar a ser sacada quando da conclusão de um ciclo escolar (primário e secundário); c) oferecer curso técnico de desenvolvimento rural, também com incentivo monetário com o objetivo de evitar o êxodo ao meio urbano e meios para tornar o trabalho mais rentável e produtivo. Além dessas, podem ser exploradas outras hipóteses que impliquem na concessão de uma bolsa aos jovens, condicionada a elevação da sua escolaridade e que podem também estar atreladas ao desenvolvimento de alguma atividade social (como o acompanhamento nos domicílios das condições de saneamento básico e saúde das famílias, ou de difusores de inovações no meio rural, ou outras), desde que recebam o adequado preparo para o desempenho das tarefas que sejam delegadas.

Em relação ao vínculo na relação de trabalho, conforme o INE, a grande maioria dos empregados em Cabo Verde trabalha sem qualquer vínculo laboral: 73,8 % dos empregados não possuem contrato com o empregador. Os restantes, ou tem algum tipo de contrato (23%), repartidos em contratos a tempo indeterminado (6,2%); em contrato a termo (8,6%); em quadros efetivos (8,5%) e em comissão ordinária de serviços (0,1%), ou o informante não soube responder (2,8%).¹⁰

As elevadas taxas de desemprego aliada à precariedade do emprego e à informalidade no mercado de trabalho (ausência de contrato laboral) tem implicações na proteção social de base contributiva: no cômputo geral somente 35,3% dos trabalhadores são inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) – 45,3% dos trabalhadores do meio urbano contra 16,7% no meio rural.

A remuneração mensal no sector informal em Cabo Verde é de 23,5 mil escudos com grande variação entre as ilhas: São Vicente é 24,6 mil escudos, Praia, 21,4 mil escudos, Santiago, 22,7 mil escudos, Fogo, 23,4 mil escudos e outras ilhas 27,9 mil escudos (Gráfico 3)¹¹.

Gráfico 5. Remuneração média do setor informal por localidade (em mil escudos): 2009



Fonte: INE. Relatório. Inquérito ao Emprego e ao Sector Informal (IESI), 2009. Cabo Verde, outubro de 2010. Elaboração própria.

¹⁰INE. IMC - Estatística do Emprego e do Mercado de Trabalho. 2012, p.27

¹¹Na Administração Pública, conforme o novo Plano de Cargas, Carreiras e Salários (PCCS), o piso salarial é de 15 mil escudos (Decreto-Lei No. 9/2013, de 26 de fevereiro).

4.7 - Proteção Social não contributiva

A elevada informalidade presente no mercado laboral significa que expressiva parcela dos trabalhadores e trabalhadoras não estão ao abrigo da proteção social garantida pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). É certo que as remessas dos/as cabo-verdianos (ao redor de 10% do PIB) cumprem um papel importante na proteção social dos familiares aqui residentes e na movimentação econômica nacional. No entanto, considerando que a solidariedade é o princípio fundante da proteção social, importa saber em que consiste a proteção social de base não contributiva garantida pelo Estado.

A proteção social de base não contributiva, a cargo do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS), é constituída por três pensões - Pensão Básica, Pensão Social de Invalidez e Pensão Social de Sobrevivência – e pelo Fundo Mutualista dos Pensionistas da Assistência Social.

A Pensão Social Básica opera com três critérios para o acesso: (a) idade igual ou superior a 60 anos; (b) rendimento anual de qualquer espécie ou origem inferior ao limiar de pobreza estabelecido pelo INE; (c) não ser abrangido por qualquer regime de segurança social, nacional ou estrangeiro.

A Pensão Social por Invalidez difere da primeira em dois pontos: idade (18 e 60) anos; comprovante de incapacidade permanente para qualquer atividade geradora de rendimento.

A Pensão de Sobrevivência opera com os mesmos critérios da pensão básica, exceto quanto à idade (entre 18 e 60 anos) e acrescenta o que segue: ser cônjuge sobrevivente/companheiro (a), ter vivido em união de facto ou ser herdeiro legal do titular de Pensão Básica ou de Pensão Social de Invalidez.¹²

O Fundo Mutualista (Decreto-Lei No. 6/2006, de Janeiro de 2006) tem sido dirigido para cobrir total ou parcialmente o custo dos medicamentos - limitados à lista dos medicamentos essenciais, prescritos nas estruturas públicas de saúde - e a conceder o subsídio de funeral no valor de 7 mil escudos.¹³

No que diz respeito aos beneficiários, mais de 80% são pessoas com 60 ou mais anos de idade, os portadores de invalidez incapacitante ao exercício do trabalho respondem por cerca de 15% e a pensão de sobrevivência por 1%.

Tudo indica que a pensão social aos idosos esteja a caminho da universalização uma vez que a participação desse grupo etário na população de Cabo Verde é reduzida (7% do total), quando comparada com a população com idade igual ou inferior a 19 anos (cerca de 50%, conforme o Censo de 2010), e a ainda pela velocidade da implementação dessa modalidade de pensão.

¹²Tem também direito à Pensão Social, o herdeiro legal do pensionista falecido com menos de 18 anos, e as crianças de família pobre, portadoras de deficiência ou de doença crônica incapacitante e que dependem de terceiros para satisfazer as suas necessidades básicas.

¹³Consultar: OIT. A Proteção Social em Cabo Verde: situação e Desafios. Versão Draft, setembro de 2012; Pacheco, J.F; Valverde, F. D e Lucas, J. Diagnóstico do Centro Nacional de Pensões Sociais de Cabo Verde, maio de 2012.

Em 2007, o número total de pensionistas era 20.471 e em 2010 subiu para 23.014. Em termos do valor do benefício, a pensão não contributiva passou de 3.150 escudos em 2006 para 5.000 escudos em 2010 em termos nominais.

A precária inserção no mercado de trabalho, a predominância do trabalho informal, a elevada taxa de desemprego, sobretudo entre os jovens, e as pensões não contributivas destinadas principalmente aos idosos, o acesso a água potável, ao saneamento básico, a energia, as causas da mortalidade infantil e as enfermidades vinculadas ao que se convencionou denominar doenças negligenciadas da pobreza, colocam na agenda pública a necessidade de políticas e programas destinados ao enfrentamento de tais desafios sob a ótica da ampliação da proteção social, incluindo o direito humano à alimentação adequada.

5 – O Papel da Agricultura Familiar na SAN

A importância da agricultura em Cabo Verde pode ser referenciada não apenas na participação do setor primário em média de 8,5% do PIB nos últimos anos (2007 a 2011), mas, sobretudo pelos 40% das famílias que dela vivem e da geração de mais de 50% das ocupações rurais. Não só a produção agropecuária, como a pesqueira, cumprem o importante papel social de assegurar a segurança alimentar e nutricional para as famílias que se ocupam nestas atividades.

Das 44.506 explorações agrícolas recenseadas em 2004, 99,87% eram do tipo familiar e apenas 56 são caracterizadas como não familiares, incluindo 8 empresas agrícolas, 6 associações de produtores e 1 cooperativa de consumo. O Recenseamento Geral da Agricultura (RGA 2004) aponta que 70% da área total cultivável (44.359 ha) estão distribuídas por pequenas explorações, cujas áreas situam-se entre 0,1 a 1 ha. Apenas 11% do total da área cultivável está associada a explorações com mais de 2 hectares.

Pelos dados do RGA 2004 a agricultura de sequeiro ocupava uma área de 40.295 ha com explorações médias de 1,19 ha. A superfície irrigada ocupava uma área de 2.732 ha com 7.593 explorações em regime de regadio (em média empreendimentos de 3,5 mil m²). O sistema de rega gota-a-gota cobria uma área de 350 ha em 2004.

Esses dados evidenciam que a agricultura em Cabo Verde opera com escalas bastante reduzidas de áreas e explorações, com práticas bastante tradicionais, o que se constata a verificar que a consorciação entre milho e feijão ocupa 95% das terras cultiváveis. Tal modelo não é capaz de gerar os resultados económicos que possibilitem obter a prestação de serviços necessários para possibilitar a ampliação da eficiência, da participação da produção local no abastecimento alimentar e da sua capacidade de gerar dinamismo económico nos territórios onde se localizam. Diante dessas dificuldades estruturais a tendência é de exclusão gradativa dos agricultores do processo de desenvolvimento, aumentando o êxodo e a escalada da urbanização, com todas as consequências indesejáveis que acarreta.

Assim, é preciso empreender políticas que promovam o melhoramento das explorações familiares, com a ges-

tão sustentável dos recursos naturais, a intensificação, diversificação e valorização da produção, com enfoque no fortalecimento da investigação agrária, estímulo às atividades rurais inovadoras, competitivas e rentáveis, de modo que amplie sua contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a redução da pobreza.

Uma das linhas fundamentais para o alcance destes objetivos é o estímulo a adoção de sistemas de produção agro-silvo-pastoris, que adequados às condições específicas das ZAE, tornam a produção mais resistente às dificuldades do clima e do relevo. As características singulares do território cabo-verdiano criam condições para o fomento ao desenvolvimento do turismo rural, como opção de ocupação e renda para os agricultores.

A substituição gradual de milho por outras culturas com maior potencial produtivo e valor, como os tubérculos, raízes e a fruticultura, pode representar uma opção para a melhoria da renda. Há algumas fileiras como o café, a uva e o leite que pelo seu potencial de rendimento e especificidades ligadas a fatores locais e naturais, podem se tornar importantes oportunidades. Alguns são inclusive considerados como sendo de grande tradição nacional e qualidade reconhecida a nível mundial, podendo ser produzido de forma orgânica e biológica. Estas podem ser objeto de intervenções com vista à organização da cadeia de valor, de modo a consolidar atributos importantes visando à valorização dessa produção.

Em linhas gerais as possibilidades de intensificação, diversificação e valorização da produção indicam que as políticas a serem empreendidas devem, não obstante os avanços já verificados, reforçar intervenções em vários domínios, nomeadamente a investigação agrária, que façam da agricultura familiar em Cabo Verde uma atividade de alto grau de especialização e tecnificação, direcionada para fileiras nas quais possua vantagens comparativas mais notáveis. Em alguma medida este é um caminho que já vem sendo trilhado.

As políticas adotadas pelo governo recentemente levaram a maior adoção de tecnologias de produção com a expansão da irrigação, dos cultivos protegidos e da produção hidropônica. Um indicador dessa tendência é que as áreas com irrigação cresceram em mais de 33% entre 2004 e 2010. As alterações na forma de exploração agrícola são significativas, como a expansão da irrigação e a substituição de sistemas tradicionais pelo gota-a-gota, que em 2010 atingiu cerca de 800 ha, o que significa um aumento de 128% em 6 anos. A rega gota-a-gota promove o uso mais racional da água. A preservação e o uso adequado dos recursos hídricos devem ser um dos principais valores a serem cultuados pela agricultura em Cabo Verde.

O documento “Diagnóstico da implementação dos instrumentos estratégicos PEDA – PNIA (2005 - 2012)” de outubro de 2013, é uma referência importante para compreender o processo de evolução da agricultura no país, ao disponibilizar informações sobre a agricultura irrigada e a instalação de estufas e produção hidropônica, as quais são reproduzidas na Tabela 15, a seguir. O documento

ênfatisa, de igual modo os ganhos da investigação agrária nos últimos 10 anos e que consistiram na seleção e criação de variedades de raízes e tubérculos e hortícolas mais ricas em proteínas e mais resistentes a pragas e doenças e mais adaptadas às condições agroecológicas de Cabo Verde. O INIDA tem actualmente uma lista de variedades recomendadas para cultivo no país, que inclui 38 espécies e 125 variedades hortofrutícolas e raízes e tubérculos, sendo 121 variedades testadas nos 2 últimos anos (2012 e 2013). A lista de variedades inclui 13 variedades de hortícolas, com melhor desempenho, criadas no País e que têm contribuído para o aumento e diversificação da produção agrícola durante o ano, contrariamente ao que antes se verificava em que a produção de hortícolas se restringia a alguns meses mais frescos do ano.

Tabela 15. Áreas e unidades de irrigação, estufas e hidropónia, por ilhas produtoras

Tipo de exploração	Unidade	Santiago	Santo Antão	Fogo	São Vicente	Maio	Brava	Boa vista	São Nicolau	TOTAL
Áreas irrigadas	ha	1.869	1.418	52	74	60	41	23	107	3.643
Áreas irrigadas (regime temporário)	ha	328	18	0	0	40	20	0	13	419
Áreas irrigadas (regime permanente)	ha	1.538	1.400	52	74	30	20	0	93	3.207
Áreas irrigadas (rega gota-a-gota)	ha	1.136	91	52	54	27	14	20	75	1.469
Estufas	Nº	18	4	11	13	1	3	58	7	115
Área cultivada (com estufas)	M²	6.450	1.600	2.700	10.000	500	1.270	560	7.670	30.750
Hidropónica	Nº	53	0	0	2	0	1	1	0	57
Área ocupada (hidropónia)	M²	6.700	0	0	600	0	500	1.500	0	9.300

Fonte: Relatório PEDA PNIA 2013

Maiores graus de tecnologia que se verificam principalmente no Sal, Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Santiago, visam proporcionar não só maior resistência a choques climáticos como o aumento da rentabilidade e a produção de qualidade, com maior disponibilidade de produtos ao longo do ano.

Essa evolução tecnológica tem suscitado o estímulo ao agronegócio, envolvendo a produção, processamento e a comercialização. Importante que as ações de estímulo à intensificação não impliquem no uso mais intensivo (não racional) dos recursos naturais e no uso indiscriminado de agrotóxicos. O baixo uso desses produtos em Cabo Verde é um dos diferenciais de sua agricultura, o qual deve ser preservado e valorizado.

Sob a égide de uma agricultura diferenciada, de qualidade, em harmonia com os recursos ambientais, deve-se buscar a superação das ineficiências ligadas à produção mediante novas espécies e variedades mais produtivas, mais resistentes às pragas e melhor adaptadas às condições climáticas e ao ambiente.

A massificação de técnicas de microirrigação, ainda que ocorra em empreendimentos de pequena escala e de forma artesanal deve estimular sistemas de produção sustentáveis, diversificados, capazes de proporcionar

maiores rendas, se adequar a nichos de mercado e privilegiar o enfoque qualitativo. A introdução de novas tecnologias de produção não pode implicar na exclusão de agricultores familiares tradicionais, devendo privilegiar a apropriação das inovações principalmente pelos mais jovens, mais receptivos às mudanças.

Ainda que se possa vislumbrar o surgimento de um setor empresarial ligado às culturas hortícolas e que seja estimulado o empreendedorismo rural é importante que haja a valorização e o reconhecimento formal dos produtores familiares¹⁴, de modo a não só realçar sua importância para a segurança alimentar e nutricional da população como também destacar sistemas e modos de produção sustentáveis. Esse reconhecimento deve contribuir para que sejam fortalecidos e estimulados, podendo ser destinatários de políticas discriminatórias positivas, criando capacidade para influenciar na elaboração e na tomada de decisões em políticas públicas. Outro objetivo deve ser ampliar a participação das mulheres nos espaços de formulação das políticas, dado seu papel relevante nos sistemas de produção agropecuária.

A atualização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional pode ter papel importante ao contemplar ações capazes de reduzir o êxodo rural e fortalecer o protagonismo dos jovens, estimulando sua permanência no meio rural e evitando que sigam para as áreas urbanas pressionando o mercado de trabalho. Essas ações podem envolver iniciativas de transferência direta ou indireta de renda, com a concessão de bolsas, com condicionalidades voltadas para o estímulo à ampliação da escolaridade. As contrapartidas dos jovens poderiam estar relacionadas ao desempenho de atribuições voltadas para a melhoria das condições de saúde nas áreas rurais (verificação da adoção de medidas de atenção básica a saúde) e promotoras de inovações tecnológicas e nos sistemas de manejo agropecuário no meio rural. O exercício dessas atribuições seria necessariamente precedido por processos de capacitação.

Dentre os desafios de inserção dos pequenos produtores no centro dos processos de desenvolvimento local e da ENSAN está o equacionamento da questão fundiária, que em Cabo Verde, dadas a baixa disponibilidade de terras agricultáveis e as pequenas dimensões das explorações agropecuárias, há que se dar especial atenção ao tema do parcelamento mínimo dos imóveis rurais, evitando a inviabilidade de suas explorações econômicas.

Aliado ao tratamento das questões fundiárias deve ser dedicada atenção ao acesso dos agricultores aos demais recursos produtivos, notadamente a água, bem como ao crédito, aos avanços da investigação agropecuária, a extensão rural (preferencialmente articulada com políticas voltadas para a manutenção dos jovens no meio rural).

A intensificação da produção agrícola deve estar integrada com a ampliação do acesso aos mercados, o que requer maior articulação com as demandas dos seus diferentes tipos: nacional; turístico; e, da diáspora. O mercado nacional deve incluir as compras públicas e o estímulo aos

¹⁴O reconhecimento formal dos produtores familiares pode incluir também os cerca de 3.900 pescadores artesanais atuantes em Cabo Verde, extrativistas e outras populações tradicionais do meio rural.

chamados “circuitos curtos de abastecimento”, nos quais o planeamento reduz intermediações e movimentações desnecessárias dos alimentos, o que se coaduna com as características geográficas do país. Estes elementos são básicos para uma política de abastecimento alimentar inovadora.

A consolidação de um modelo agro ecológico de produção, com mecanismos locais de distribuição dos alimentos e a existência de mercados agrícolas mais justos é uma construção a ser iniciada a partir do PANSAN. Sua formulação requer a identificação dos produtos, da produção e sua localização assim como os potenciais consumos institucionais, atuais e previstos ao nível nacional e local. Também devem ser identificadas ações iniciais e discutidas as possibilidades de programa e orçamento inter-setorial, voltados para as compras locais.

Uma alternativa concreta é a coordenação entre ações de aumento da produção familiar e de melhoria nutricional da alimentação fornecida pelas cantinas escolares que prevê, entre outras ações, uma refeição quente (por dia) para os alunos. No entanto, é bom destacar que a agricultura familiar não terá o protagonismo que se espera, sem que seja ampliado o seu planeamento de produção e que sejam definidos padrões de qualidade e mecanismos que o assegurem, como o controle fitossanitário e a conveniência da adoção de mecanismos de certificação.

O planeamento da produção é fundamental para o atendimento das demandas do mercado. Devem ser consideradas prioritárias iniciativas para melhoria quantitativa e qualitativa de dados relativos a agricultura e aos produtores familiares, que se constituem em ferramentas importantes para apoiar o processo de planeamento.

Aprofundar a identificação e a avaliação (com base no DHAA) das políticas, instrumentos, orçamentos e quadro legal relacionados com essas estratégias anteriormente sugeridas, em particular, as relacionadas com o acesso a terra e outros recursos naturais, crédito, assistência técnica, comercialização e programas sociais, deve ser uma das proposições fundamentais da ENSAN.

Uma agricultura moderna, sustentável e competitiva capaz de satisfazer e responder aos desafios da segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza só será exequível, através do reforço dos mecanismos de coordenação e participação existentes. Neste sentido devem ser estimuladas novas iniciativas que integrem uma agenda visando o reforço da governança para a SAN com participação das múltiplas partes interessadas. Neste contexto deve ser reforçada a participação dos produtores familiares, em particular, das mulheres rurais e suas organizações.

6 - Políticas de SAN em Cabo Verde

A Segurança Alimentar é considerada uma questão prioritária em Cabo Verde, sendo componente importante dos sucessivos planos de Governo, desde a independência. Dadas as peculiaridades geográficas o país convive com um défice produtivo alimentar estrutural que colocou este tema na ordem do dia.

Após a independência o Estado passou a intervir directamente no mercado mediante a criação de uma

empresa pública (a EMPA) para garantir a segurança alimentar, realizando as importações e a distribuição regular e preços uniformes em todo o território nacional. Esta empresa fazia a gestão da ajuda alimentar da cooperação internacional em cereais e outros produtos alimentares de grande consumo no mercado e as receitas da comercialização revertiam ao Estado para financiamento de projetos de desenvolvimento ligados à área rural fundamentalmente. Complementarmente, as ajudas da cooperação internacional destinadas a grupos de maior risco de insuficiência alimentar por falta de meios de subsistência, idosos, portadores de deficiência impossibilitados de trabalhar, crianças em idade escolar eram doados e gerida pela agência internacional PAM então existente. Às populações do mundo rural que têm a produção agrícola como único meio de subsistência, em períodos de seca eram beneficiadas com a intervenção governamental através de programas de emergência, com trabalhos nas frentes de alta intensidade de mão de obra (FAIMO).

Com o desenvolvimento económico e social do país, nos anos 90 do século passado registraram-se profundas reformas no setor económico e financeiro, com o desengajamento do Estado do setor do comércio de alimentos.

O primeiro estudo sobre a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar de Cabo Verde foi realizado em 1981/82 e visava apresentar um plano que pudesse indicar a via para tornar o país mais autosuficiente em termos de alimentos e melhorar o acesso aos grupos de rendimentos mais baixos. Nos sucessivos planos quinquenais do país até 1995 estiveram presentes como vertentes da segurança alimentar, abastecimento, acesso aos alimentos e emprego no mundo rural.

No Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1997 – 2000) havia um Programa de Alimentação e Segurança Alimentar que apresentava as linhas de atuação governamental (subprogramas) voltados para a informação e gestão da segurança alimentar, a sua garantia e melhoria, a garantia da qualidade e inocuidade dos alimentos, a educação alimentar e nutricional e a assistência alimentar aos grupos vulneráveis.

Posteriormente foi elaborado o documento da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (com vigência de 2002 a 2015) tendo sido objeto de 3 ciclos de planificação. O 1º ciclo correspondeu ao Programa Quinquenal de Segurança Alimentar e abrangeu o período 2003 – 2007. Neste 1º PNSA os principais desafios que se apresentavam estavam relacionados ao: i) equilíbrio entre o crescimento demográfico e económico; ii) transformação da agricultura e desenvolvimento rural; iii) melhoria do funcionamento do mercado e o papel do privado; iv) os desafios da segurança alimentar e a pobreza e vulnerabilidade; e, v) a gestão da segurança alimentar. O 2º Ciclo da planificação se deu com o PNSA 2007 - 2011 que buscou estabelecer a interconexão entre o global e o local e incorporar a visão de sustentabilidade, tratada como a resistência a crises e impactos externos, além da preservação de recursos naturais. Essa abordagem possibilitaria centrar as ações nas estratégias de vida duráveis das populações,

promover a convergência dos setores em torno de temas comuns, aproximar os parceiros e, gerar capacidade para uma reação rápida em situações de mudança.

Apesar de não haver um plano nacional de SAN para vigorar a partir de 2011, isto não significou que o governo deixou de atuar em SAN. Pelo contrário, muitas ações desenvolvidas a partir do PNSA 2007 - 2011 tiveram continuidade, sendo complementadas pelo PNIA, que desenvolve uma série de ações de importância para a SAN, como as voltadas para o aumento da produção agropecuária, o incremento das pescas e a gestão dos recursos hídricos, com a mobilização de águas que está promovendo significativas alterações na produção agroalimentar de Cabo Verde. Por outro lado, o subprograma do PNIA sobre a Prevenção e Gestão de Crises Alimentares e Outros Desastres Naturais foi transposto para o DECRP III.

A evolução da concepção de SAN (abordada no item 2 deste documento) representou avanços significativos para o tratamento do tema, ao incorporar uma visão holística e uma abordagem crescentemente inter-setorial, com o desenvolvimento de políticas públicas que contribuíram para a SAN da população de Cabo Verde¹⁵. No entanto, ainda verificam-se alguns constrangimentos como a reduzida prioridade dada à coordenação das ações, a existência de poucas ações capazes de integrar as principais dimensões da SAN e a limitada integração de políticas, como de resto se verifica também nos demais países que integram a CPLP¹⁶.

As diretrizes para esta atualização da ENSA ao horizonte 2020 referem-se a problemática da agricultura familiar, seu reconhecimento e importância para a SAN, a maior relevância para a questão nutricional, e as condições necessárias para a realização do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Com esta atualização o documento passa a ser denominado como Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – ENSAN 2020.

7 – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

7.1 – Princípios

A ENSA 2002 – 2015 foi elaborada de forma bastante consistente, com base num processo participativo, que resultou no documento sólido, que se mantém atual e cujas linhas de atuação devem ser preservadas. Na sua formulação foram estabelecidos 3 princípios norteadores. O primeiro tratou da responsabilidade pública da segurança alimentar, considerando que numa economia de mercado, cabe ao Estado exercer o papel de catalisador, facilitador e regulador do desenvolvimento e manter a função social de garantir a segurança alimentar para a população, dedicando uma especial atenção aos grupos vulneráveis.

O segundo princípio, voltado para a integração da gestão da segurança alimentar nos processos de descentralização e de reforma do Estado tratava da descentralização e da partilha das responsabilidades com estruturas e órgãos locais, de forma a criar um ambiente propício à participação das populações no processo de desenvolvimento do seu território e uma melhor governação da SAN, mediante a mobilização dos atores e a criação de melhores condições de concertação e responsabilização na concepção, execução, seguimento e avaliação das estratégias de SAN.

O terceiro tratava da promoção da participação da população e das comunidades, assegurando a implicação efetiva de todos os atores e a responsabilização das coletividades locais, na busca sistemática por confiar a responsabilidade das ações e programas aos atores mais pertinentes e interessados nos resultados.

Estes princípios não perderam a sua validade ou atualidade, no entanto, ao mesmo tempo devem ser agregados outros, quais sejam:

- a) Participação: inclusão dos atores pertinentes e dos grupos vulneráveis para os espaços de discussão das políticas de SAN, inclusive aqueles marginalizados nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas de seu interesse;
- b) Transparência: é necessário que os processos políticos por parte do Estado sejam transparentes;
- c) Empoderamento: as pessoas devem ser dotadas de informação, conhecimento e instrumentos para que possam reivindicar os seus direitos;
- d) Prestação de contas: é obrigação do Estado e demais atores envolvidos, prestar contas da sua responsabilização pelas suas ações.

Estes princípios devem ser fortalecidos num ambiente em que não haja discriminação, com a garantia dos direitos humanos a todos, sem qualquer tipo de distinção, sendo tratados com respeito e dignidade. As pessoas não devem ser tratadas como meros objetos das políticas, mas sim titulares de direitos. Isto deve se dar num Estado de Direito, pilar fundamental da legalidade; no qual tanto os indivíduos como o Estado e os poderes públicos atuem de acordo com as normas jurídicas. Sob esses princípios as políticas de SAN podem ser desenvolvidas de forma transversal e intersectorial na direção da garantia do DHAA.

7.2 – Objetivo geral

A ENSA estabeleceu como objetivo geral “Assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas”. A este objetivo geral é importante agregar outros componentes fundamentais, como o da estabilidade no acesso aos alimentos, de modo que as pessoas, estando livres da fome possam assegurar de forma progressiva os seus demais direitos. O acesso aos alimentos é um dos fatores fundamentais que concorrem para a paz e a estabilidade social.

A realização do DHAA também pressupõe a articulação intersectorial das políticas e programas que guardam

¹⁵Para maiores detalhes quanto as ações de san executadas recentemente em cabo verde pode-se consultar o “Relatório de Avaliação PNSA 2007 – 2011”.

¹⁶Para maiores detalhes consultar o documento “Situação da governança da segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP” de dezembro de 2012.

relação com a SAN, ou que são importantes para a sua realização, possibilitando melhores condições de saúde, mediante acesso ao saneamento básico, por exemplo. Um terceiro componente relevante diz respeito ao conceito de alimento seguro, que não ocasiona danos à saúde humana e a integridade do consumidor.

Desta forma a proposta é que o objetivo geral atualizado da ENSA seja:

“Assegurar o acesso permanente e estável da população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, possibilitando que possa realizar seu direito humano à alimentação adequada”.

7.3 – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos representam a base das linhas de intervenção (consubstanciadas em programas e projetos) que deverão possibilitar o alcance da segurança alimentar e nutricional. São os seguintes os objetivos estratégicos propostos:

1. Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA;

2. Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem estar pelos agregados familiares;
3. Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens;
4. Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos;
5. Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis.

7.4 – Ações prioritárias e linhas de intervenção

É apresentado a seguir o quadro síntese da ENSAN que para cada um dos seus objetivos estratégicos apresenta as ações prioritárias, as linhas de intervenções, o responsável, os outros intervenientes eventuais parceiros e os resultados esperados.

Quadro 1. Ações prioritárias, linhas de intervenção, órgãos envolvidos e resultados esperados para os objetivos estratégicos definidos na ENSAN 2020				
Objetivo estratégico 1: Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA				
Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros Intervenientes/parceiros	Resultados esperados
1.1 Reconhecer na legislação o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)	1.1.1 Introdução do DHAA na Constituição de Cabo Verde	MDR CNDHC	SNSAN; MJEDRH; MS FAO, CNDHC, Parlamento	O DHAA contemplado na Constituição Cabo-verdiana e sua realização incorporada ao conjunto de políticas públicas.
	1.1.2 Elaboração de proposta de Lei de Base da Segurança Alimentar e Nutricional	SNSAN/MDR	MJEDRH; MS FAO	Lei de Base da SAN aprovada e em vigência.
1.2 Boa governança da SAN com o CNSAN efetivo e funcional	1.2.1 Construção de uma agenda do CNSAN; Mobilização e disseminação de informações entre os conselheiros	CNSAN	Todos os órgãos que integram o CNSAN	CNSAN capaz de promover a articulação intersetorial e a governança em SAN. Orçamento adequado ao funcionamento do CNSAN
1.3 Implementação da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SAN)	1.3.1 Discussão e atualização do projeto da Rede SAN e buscar recursos para viabilizar a sua implementação 1.3.2 Criação de um grupo de trabalho no CNSAN para implementação da Rede SAN 1.3.3 Estruturação da Rede com alargamento a todos os municípios e capacitar os colaboradores 1.3.4 Implementação da Rede SAN em todas as localidades previstas	CNSAN SNSAN	MDR e suas Delegações Demais Ministérios e suas Delegações Câmaras Municipais	Rede SAN implementada e funcional nos 3 níveis (nacional, regional e local/municipal), dotada de capacidade de execução das ações da SAN de modo descentralizado.
1.4 Empoderamento do SNSAN	1.4.1 Reforço da capacidade técnica e financeira do SNSAN de acordo com suas novas atribuições 1.4.2 Definição da sistemática de seguimento e avaliação do PANSAN 1.4.3 Divulgar e dar visibilidade do SNSAN 1.4.3 Criação e disponibilização de base de dados e informações estratégicas de SAN (SISAN)	MDR	CNSAN SNSAN FAO	Equipa capacitada e estrutura adequada para o desempenho das atribuições; Reconhecimento e legitimidade de atuação do SNSAN; Base de dados e informações de SAN (SISAN) funcional e disponível para dar suporte a atuação da SNSAN.

1.5 Estruturar o Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	<p>1.5.1 Tornar funcionais os 3 módulos revistos no SISAN: mercado agrícola e abastecimento (stocks, importação e preços); situação nutricional; e, acesso (físico e financeiro) e vulnerabilidade social</p> <p>1.5.2 Definição de responsabilidades dos intervenientes do SISAN nos processos de recolha, alimentação, tratamento e divulgação dos dados</p> <p>1.5.3 Promoção da articulação dos módulos que integram o sistema</p>	MDR ARFA MS MJEDRH	<p>Câmaras Municipais</p> <p>Delegações Regionais</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Organizações da sociedade civil e ONGs</p>	<p>SISAN funcional e permanentemente atualizado, em todos os seus módulos;</p> <p>Relatórios de análises produzidos periodicamente para subsidiar os trabalhos do CNSAN.</p>
Objetivo estratégico 2: Contribuir para a melhoria das condições de acesso a água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares				
Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros Intervenientes	Resultados esperados
2.1 Melhorar o acesso à água	<p>2.1.1 Ampliação do acesso a água</p> <p>2.1.2 Assegurar a implementação das normas de outorga e cobrança pelo uso de água</p> <p>2.1.3 Estabelecimento de mecanismos locais de gestão de recursos hídricos (por bacias)</p> <p>2.1.4 Aprimoramento dos processos de controlo de qualidade da água</p> <p>2.1.5 Instituição das tarifas sociais justas e equalizadas pelo uso da água em todas as ilhas</p> <p>2.1.6 Educação para o uso sustentável, racional e o reaproveitamento da água</p>	ANAS	<p>MJEDRH; MS; MAHOT; MDR</p> <p>Câmaras Municipais</p> <p>ONGs</p>	<p>A percentagem de famílias com acesso à água é aumentada em todas as ilhas, tanto no meio rural como no urbano¹;</p> <p>A gestão do uso dos recursos hídricos é aprimorada, ampliando a racionalidade e o controlo da qualidade no uso;</p> <p>Água potável de melhor qualidade disponível para a população</p>
2.2 Massificar e melhorar as infraestruturas de saneamento (casas de banho, tratamento de resíduos, recolha de lixo)	<p>2.2.1 Construção de casas de banho, principalmente na zona rural</p> <p>2.2.2 Instalação de infraestruturas de saneamento básico</p> <p>2.2.3 Ligação domiciliária à rede de esgoto</p>	Câmaras municipais	<p>MJEDRH; MS; MAHOT</p> <p>ANAS</p> <p>Associações comunitárias</p>	<p>A percentagem de famílias com casas de banho em casa é aumentada;</p> <p>Infraestruturas de saneamento instaladas, sobretudo no meio rural.</p>
2.3 Ação básicas de saúde (preventiva e de acompanhamento) executadas em caráter permanente junto às famílias	<p>2.3.1 Estruturação de sistemática de atenção básica as questões sanitárias e de saúde junto às famílias</p> <p>2.3.2 Instituição de serviço de acompanhamento de boas práticas de higiene e saúde nas habitações (preferencialmente pelos jovens)</p> <p>2.3.3 Estabelecimento de sistemática de seguimento e avaliação dos indicadores de saneamento e saúde</p> <p>2.3.4 Desenvolvimento de ações de comunicação social pública voltadas para a sensibilização e educação sanitária da população</p>	MS	<p>MJEDRH; MAHOT; MDR</p> <p>Câmaras Municipais</p> <p>Associações comunitárias</p>	<p>Melhoria dos indicadores das doenças negligenciadas da pobreza²;</p> <p>População conscientizada quanto as questões sanitárias e ambientais;</p> <p>Sistema de atenção básica à saúde e saneamento básico instituído.</p>
2.4 Melhorar o acesso a energia elétrica	<p>2.4.1 Ampliação da rede de distribuição da energia</p> <p>2.4.2 Regulamentação da tarifa social de energia</p>	Ministério do Turismo, Indústria e Energia	<p>Câmaras Municipais</p> <p>Associações comunitárias</p> <p>MJEDRH</p>	<p>O acesso à energia elétrica é ampliado e distribuído de forma mais equilibrada entre as ilhas;</p> <p>Ligações clandestinas de energia minimizadas.</p>
2.5 Reduzir o uso de lenha (onde não for sustentável) na preparação dos alimentos	<p>2.5.1 Apoiar pesquisas e disseminar o uso de fogões mais eficientes</p> <p>2.5.2 Apoiar iniciativas de produção de biogás e reaproveitamento de matérias primas para energia</p> <p>2.5.3 Desenvolvimento de políticas de florestação, reforestação e manejo sustentável dos recursos florestais</p>	<p>MJEDRH</p> <p>MTIE</p> <p>MDR</p>	MAHOT	<p>Uso da lenha para preparo dos alimentos minimizada;</p> <p>Desmatamento reduzido.</p>

¹Dados do PAGIRE de 2010 apontam 100% de ligação à rede no meio urbano e no meio rural 90% das residências com ligação à rede pública e 10% em chafarizes²Doenças causadas por um conjunto de agentes infecciosos e parasitários (vírus, bactérias, protozoários e helmintos).

Objetivo estratégico 3: Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens

Ações prioritárias	Linhas de Intervenção	Responsável	Outros Intervenientes	Resultados esperados
3.1 Promover uma agropecuária e as pescas sustentáveis, produtivas e diversificadas	<p>3.1.1 Reconhecimento da agricultura e da pecuária familiar e definição de políticas de incentivo aos agricultores familiares e pescadores artesanais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - acesso a terra: regulamentação da legislação fundiária e de parcelamento mínimo; - acesso a água: melhor aproveitamento das águas, infraestruturas de conservação, ampliação do sistema de rega gota-a-gota e regularização da outorga da água; - assistência técnica: reformulação e ampliação da prestação desse serviço; - acesso a outros fatores de produção nomeadamente sementes, pesticidas, raças melhoradas - inovação: disponibilização dos resultados das investigações aplicadas aos agricultores familiares e pescadores; - crédito: ampliação do acesso; - organização: apoio e incentivo a criação de cooperativas e associações de produtores e pescadores; - compras locais: ampliação de mercado; <p>3.1.2 Melhoria das condições e recursos para as pescas, nomeadamente embarcações</p>	<p>MDR ANAS Novo Banco e microcrédito (ONG) MED FICASE INDP Direção Geral dos Recursos Marinhos</p>	<p>Associações comunitárias Cooperativas ARAP INIDA Quartéis Hospitais Universidades</p>	<p>A agricultura familiar e a pesca artesanal é reconhecida, valorizada e incentivada;</p> <p>A produção agrícola e das pescas é aumentada e diversificada;</p> <p>Cooperativas e associações de produtores e pescadores são criadas ou reativadas;</p> <p>Acesso ao crédito adequado para agricultores familiares e pescadores artesanais ampliado;</p> <p>Disponibilização de assistência técnica de qualidade e de resultados de investigações agrícolas aplicadas ampliada;</p> <p>Aquisições locais de alimentos dos agricultores familiares e pescadores artesanais ampliada;</p>
3.2 Promover uma população rural jovem ativa	<p>3.2.1 Criação de bolsas para jovens em apoio a extensão rural (para atuarem como agentes de inovação e desenvolvimento rural)</p> <p>3.2.2 Criação de incentivos para jovens empreendedores rurais</p> <p>3.2.3 Incentivo a permanência do jovem no meio académico, privilegiando o ingresso nas áreas da agricultura, pecuária, pescas e afins</p> <p>3.2.4 Ampliação das oportunidades de ocupação e renda no meio rural</p> <p>3.2.5 Melhoria das condições do crédito destinado a jovens para investimentos no meio rural</p>	<p>MDR e MJE-DRH</p>	<p>MED FICASE ADEI</p>	<p>O êxodo rural é diminuído ou estagnado</p> <p>O número de jovens no ensino superior (principalmente para áreas da agricultura, pecuária, etc.) é aumentado;</p> <p>A taxa de desemprego no meio rural é diminuída;</p> <p>A escolaridade dos jovens no meio rural é ampliada;</p> <p>Novos empreendimentos de jovens no meio rural são criados.</p>
3.3 Agregar valor a produção agropecuária e das pescas	<p>3.3.1 Incentivos as tecnologias inovadoras de rega e de produção sustentável (estufa, rega gota-a-gota, agro-ecologia, recuperação de solos, compostagem, biofertilizantes, etc.)</p> <p>3.3.2 Incentivo as tecnologias de integração agropecuária e outros sistemas de produção sustentáveis</p> <p>3.3.3 Ampliação do processamento, embalagem e beneficiação da produção</p> <p>3.3.4 Estruturação adequada das redes de conservação, inclusive de frio</p> <p>3.3.5 Estruturação e funcionalidade dos centros de pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal e da produção animal</p> <p>3.3.6 Certificação de qualidade de produtos locais, incluindo os de nicho e pescados</p> <p>3.3.7 Promoção do consumo de alimentos locais para diferentes mercados</p> <p>3.3.8 Reforço da legislação alimentar para melhor defesa do consumidor e da saúde pública</p> <p>3.3.9 Fomento da aquicultura e maricultura e aquaponia³</p>	<p>MDR DGP ARFA</p>	<p>ADEI IGQ INIDA INDP UNI-CV</p>	<p>Produção agropecuária inovadora, tecnificada e produtiva;</p> <p>Centros pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal estruturados e bem geridos;</p> <p>Os produtos locais e as pescas são certificados e levados ao mercado com maior qualidade;</p> <p>Regulamentação de aspetos sanitários das operações da cadeia alimentar;</p> <p>A importação de alimentos é diminuída.</p>

³Aquaponia é a combinação integrada de hidroponia com aquacultura baseada no aproveitamento do ciclo de nitrogénio.

3.4 Promover os circuitos curtos de abastecimento	<p>3.4.1 Ampliação da participação da produção dos agricultores familiares e pescadores no mercado local, do turismo e institucional</p> <p>3.4.2 Promoção do consumo de alimentos locais</p> <p>3.4.3 Melhoria nos mercados municipais e incentivo a criação de formas inovadoras de comercialização</p> <p>3.4.4 Aumento da proteção social dos comerciantes informais de alimentos</p> <p>3.4.5 Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas a sensibilização e capacitação dos comerciantes informais de alimentos</p> <p>3.4.6 Melhoria das infraestruturas dos mercados municipais e das condições de armazenamento e transporte de frios</p>	MDR	<p>Camaras Municipais</p> <p>ADEI</p> <p>ARFA</p> <p>Delegações do MDR</p>	<p>Mercados municipais ampliados e estruturados;</p> <p>Ingresso de informais no sistema de proteção social ampliado;</p> <p>Capacitação dos trabalhadores informais ampliada.</p> <p>Perdas no transporte de produtos reduzida</p>
3.5 Abertura de mercados institucionais	<p>3.5.1 Promoção do consumo de alimentos locais nas instituições estatais (escolas, presídios, hospitais, etc)</p> <p>3.5.2 Apoio à criação de cooperativas e associações de produtores</p> <p>3.5.3 Adequação da legislação das aquisições públicas ao setor alimentar</p> <p>3.5.4 Estímulo a celebração de contratos de produção, possibilitando seu maior planeamento</p>	MDR DGP	<p>ARAP</p> <p>MED</p> <p>FICASE</p> <p>MS</p>	<p>Participação da produção local nos mercados institucionais ampliada;</p> <p>Organização económica de agricultores familiares e pescadores artesanais ampliada;</p> <p>As importações de alimentos são diminuídas;</p> <p>Legislação das aquisições públicas adequada às condições da produção local;</p>
3.6 Incentivo ao desenvolvimento da investigação	<p>3.6.1 Desenvolvimento de investigação aplicada para agricultores familiares e pescadores artesanais</p> <p>3.6.2 Equacionamento da questão do financiamento das investigações possibilitando desenvolver tecnologias apropriadas aos pequenos agricultores e pescadores</p> <p>3.6.3 Ampliação da rede de cooperação com instituições congêneres na investigação agropecuária e das pescas</p>	INIDA	M. Finanças	<p>Tecnologias apropriadas para os pequenos agricultores e pescadores desenvolvidas e disseminadas;</p> <p>Produtividade das atividades agropecuárias e das pescas melhoradas;</p>
3.7 Reforço da capacidade de adaptação aos riscos e oportunidades climáticas	<p>3.7.1 Medidas de mitigação do assoreamento das ribeiras, barragens através de dispositivos biológicos e obras de conservação de solos e água por forma a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - facilitar a infiltração das águas das chuvas e evitar erosividade dos solos - reduzir a velocidade das águas das chuvas nas encostas <p>3.7.2 Promoção de técnicas e variedades de culturas adequadas as condições climáticas.</p> <p>3.7.3 Aumento da época de defeso de espécies marinhas em extinção.</p> <p>3.7.4 Criação de fundos de risco para mitigação dos efeitos das calamidades climáticas</p>	MDR MAHOT	<p>INIDA</p> <p>INMG</p> <p>Seguradoras</p>	<p>Produção agropecuária adequada as questões ambientais</p> <p>Maior proteção do meio ambiente</p> <p>Nº de fundos de risco criados e funcionais</p>

Objetivo estratégico 4: Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos				
Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros intervenientes/parceiros	Resultados esperados
4.1 Melhorar o acesso financeiro aos alimentos para os mais vulneráveis (idosos, portadores de necessidades especiais, famílias pobres principalmente as chefiadas pelas mulheres)	4.1.1 Universalização da Pensão Social para os idosos	MJEDRH	ONGs	Universalidade das pensões sociais para idosos e portadores de necessidades especiais impossibilitados de trabalhar;
	4.1.2 Disponibilização de Pensão Social para portadores de necessidades especiais e doentes crónicos impossibilitados de trabalhar		ADEI	A percentagem de famílias em risco ou insegurança alimentar é diminuída;
	4.1.3 Incentivo as atividades geradoras de rendimento destinadas a famílias pobres, principalmente as chefiadas pela mulher		Novo Banco	A percentagem de famílias monoparentais em insegurança alimentar é diminuída;
	4.1.4 Ampliação da disponibilidade de microcréditos para AGR		MDR	
			Organizações de Micro Finanças e Câmaras Municipais	
4.2 Dar uma cobertura mais abrangente da proteção social (incluir trabalhadores não formalizados) e jovens desempregados	4.2.1 Criação de mecanismos de incentivo à formalização do emprego e dos empreendedores individuais (trabalhadores por conta própria)	MJEDRH	Associações comunitárias	Mais trabalhadores informais ingressados no sistema de proteção social.
			ADEI	
			Novo Banco	Percentagem de postos de trabalho criados mediante linhas de crédito, aumentada
			Câmaras Municipais	
4.3 Bolsa condicionada para os jovens	4.3.1 Criação de mecanismos de incentivo (bolsas) associados a prestação de serviço e ao trabalho voluntário nas áreas de atenção básica a saúde, inovação e desenvolvimento rural sustentável, voltados ao aumento da escolaridade	MJEDRH MED	MDR(extensão rural)	
			MS	Serviços de “Acompanhamento Básico das Condições de Saúde” e de “Agentes de Desenvolvimento Rural e Inovação” com o aproveitamento de jovens estruturados e funcionais;
			Associações comunitárias	Programa de concessão de bolsas condicionadas ao trabalho dos jovens implantado;
			ADEI	Escolaridade dos jovens ampliada.

Objetivo estratégico 5: Desenvolver ações que garantam a qualidade e a segurança sanitária de alimentos bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos saudáveis

Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros intervenientes/parceiros	Resultados esperados
5.1 Reforçar o sistema de Controlo e a segurança sanitária dos alimentos.	5.1.1 Regulamentação com vista à implementação dos dispositivos legais existentes sobre a segurança sanitária dos alimentos	ARFA	MS MDR	Legislação funcional com órgãos preparados para acompanhar a sua implementação
	5.1.2 Adequação da capacidade institucional para o exercício da fiscalização adequada			Articulação efetiva e permanente entre as instituições que intervêm no domínio da segurança alimentar e nutricional
	5.1.3 Promoção de mecanismos de articulação entre os diferentes actores na temática da qualidade e segurança sanitária de alimentos			Regulamentos dos aspetos sanitários das operações da cadeia alimentar adoptados
	5.1.4 Reforço da legislação da área alimentar tendo em vista uma melhor defesa do consumidor e da saúde pública			Operadores económicos mais sensibilizados e capacitados no domínio da segurança sanitária dos alimentos
	5.1.5 Ações de informação, educação e formação de operadores económicos e consumidores			

5.2 Prevenir a ocorrência das DCNT ⁴ melhorar a qualidade de vida da população	<p>5.2.1 Estimular o plantio de espécies de elevado valor nutricional, adaptadas as condições locais</p> <p>5.2.2 Desenvolvimento de ações de comunicação social e realização de campanhas de sensibilização, orientação e informação permanentes destinadas a população e principalmente aos doentes crónicos</p> <p>5.2.3 Legislação e fiscalização quanto ao uso e a comercialização de produtos considerados nocivos a saúde (ou não seguros)</p> <p>5.2.4 Promoção de atendimento especializado e contínuo a doentes crónicos</p> <p>5.2.5 Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas a adoção de hábitos saudáveis (orientação de atividades físicas gratuitas, promoção de atividades física nas escolas, spots televisivo, etc.)</p> <p>5.2.6 Linha específica para prevenção de DTAs, incluindo higiene e manipulação e divulgação de princípios de alimentação segura</p>	MS SNSAN	MDR FICASE/MED CNDS Rádio- televisão Pública de Cabo Verde Rádios comunitárias Associações comunitárias CARITAS IGAE Câmaras Municipais	<p>A percentagem da população com DCNT não é aumentada;</p> <p>O número de mortes causadas por complicações das DCNT é diminuído;</p> <p>O acesso dos doentes crónicos ao sistema nacional de saúde e a medicamentos é aumentado;</p> <p>A comercialização de alimentos considerados nocivos á saúde (ou não seguros) é controlada;</p> <p>Ações de promoção de hábitos saudáveis participativas são realizadas nas comunidades.</p>
5.3 Diminuir as deficiências de micronutrientes ⁵ na população, em especial nas grávidas e crianças	<p>5.3.1 Melhoria do sistema de suplementação de ferro nas escolas e nos centros de saúde, abrangendo as crianças menores de 5 anos</p> <p>5.3.2 Realização de ações de investigação para aumentar o teor de ferro nos alimentos</p> <p>5.3.3 Ações de identificação e acompanhamento domiciliar dos grupos vulneráveis (“Jovens Agentes Comunitárias de Saúde”)</p> <p>5.3.4 Atualização periódica dos estudos sobre deficiências nutricionais</p> <p>5.3.5 Legislação e fiscalização quanto a fortificação da farinha de trigo (ferro e ácido fólico)</p> <p>5.3.6 Aprimoramento da fiscalização quanto a composição do sal (iodo)</p> <p>5.3.7 Melhoramento do sistema de suplementação da vitamina A nas puérperas e crianças vulneráveis</p> <p>5.3.8 Continuação das campanhas periódicas de desparasitação</p> <p>5.3.9 Atividades práticas demonstrativas nos centros de saúde/escolas e viradas a grupos vulneráveis, da forma de preparação de refeições com aproveitamento integral dos alimentos</p>	MS SNSAN	MS MED FICASE IGAE MOAVE UNICEF	<p>A fortificação da farinha de trigo com ferro e ácido fólico é universalizada;</p> <p>A comercialização do sal iodado é fiscalizada;</p> <p>A suplementação de vitamina A é universal a todas as puérperas e recém-nascidos vulneráveis e é seguida e avaliada;</p> <p>A suplementação de ferro nas escolas é universal, seguida e avaliada;</p> <p>Outras formas de suplementação são efetivadas;</p> <p>Campanhas de desparasitação são realizadas periodicamente.</p>

⁴Obesidade, hipertensão arterial, diabetes e câncer.⁵Micronutrientes: vitaminas (ex. vitaminas do complexo B, vitamina A, vitamina C, etc.) e minerais (ex. ferro, zinco, iodo, magnésio, etc.)

5.4 Incluir a educação alimentar e nutricional como matéria transversal nos currículos	<p>5.4.1 Apoiar iniciativas voltadas ao combate do desperdício de alimentos (pós colheita e processados);</p> <p>5.4.2 Implementação do guia para educação alimentar e nutricional nas escolas do EBI e nos jardins de infância;</p> <p>5.4.3 Realização de sessões periódicas de reciclagem aos professores na área de alimentação e nutrição e incentivar a participação das mães e pais, quando possível;</p> <p>5.4.4 Criação e divulgação de materiais didáticos na área de alimentação e nutrição (cartazes, panfletos, spots televisivos, etc);</p> <p>5.4.5 Utilização de horto escolares, para fins educativos, como ferramentas de promoção da educação alimentar e nutricional</p>	MED	<p>FICASE</p> <p>MS</p> <p>Rádio e televisão Pública de Cabo Verde</p> <p>Rádio educativa</p> <p>CNDS</p> <p>MDR</p>	<p>A educação alimentar e nutricional é incluída como matéria transversal dos currículos escolares;</p> <p>São realizadas formações de capacitação sobre alimentação e nutrição aos professores;</p> <p>A população académica é sensibilizada a respeito de alimentação e nutrição.</p>
5.5 Universalizar e aprimorar a alimentação escolar	<p>5.5.1 Melhoramento nos hortos escolares (inserção de produtos ricos em micronutrientes- vitamina A e ferro);</p> <p>5.5.2 Capacitação das cozinheiras que atuam na alimentação escolar;</p> <p>5.5.3 Melhoramento nas condições higiénico-sanitárias das escolas (cozinhas, casa de banho, acesso a água, etc.);</p> <p>5.5.4 Diversificação do menu e adaptação aos hábitos alimentares locais;</p> <p>5.5.5 Ampliação da promoção do consumo de alimentos locais na alimentação escolar;</p> <p>5.5.6 Extensão da alimentação escolar para as cantinas dos liceus e escolas técnicas</p> <p>5.5.7 Aumento do aporte de micronutrientes na alimentação fornecida aos escolares.</p>	FICASE	<p>MED</p> <p>MS</p> <p>MDR</p> <p>INIDA</p> <p>ARFA</p>	<p>A segurança alimentar nas crianças em idade escolar é garantida;</p> <p>As deficiências de micronutrientes em crianças que frequentam a escola são reduzidas;</p> <p>A participação dos produtos locais na alimentação escolar é ampliada;</p> <p>O estado nutricional das crianças é melhorado.</p>
5.6 Promover o aleitamento materno	<p>5.6.1 Realização de campanhas de sensibilização, educação e informação permanentes sobre aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e complementar até os 2 anos (jovens agentes comunitárias de saúde);</p> <p>5.6.2 Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas a promoção do aleitamento materno;</p> <p>5.6.3 Ampliação e melhoria dos hospitais amigos da criança;</p> <p>5.6.4 Capacitação dos recursos humanos afetos aos hospitais com a IHAC e do Banco de Leite, dos centros de saúde;</p> <p>5.6.5 Estabelecimento de mecanismos voltados ao maior cumprimento da Lei do Aleitamento Materno;</p> <p>5.6.6 Estabelecimento de mecanismos de fiscalização da comercialização e publicidade dos substitutos do Leite Materno tendo em conta o Código de Comercialização de substitutos do Leite Materno)</p>	<p>MS</p> <p>SNSAN</p> <p>ARFA(CONFIRMAR)</p>	<p>MDR</p> <p>CNDS</p> <p>ONGs</p> <p>IGAE</p> <p>Rádio - Televisão Pública de Cabo Verde</p>	<p>Taxa do aleitamento materno exclusivo aumentada;</p> <p>Taxa do aleitamento materno complementar até os 2 anos aumentada;</p> <p>Rede de hospitais com a IHAC ampliada;</p> <p>Funcionários mais capacitados sobre o aleitamento materno;</p> <p>Lei do aleitamento materno assegurada a todas as mulheres;</p> <p>Comercialização dos substitutos do leite materno controlada.</p>

8 – Governança

A segurança alimentar e nutricional envolve vários setores (agricultura, pecuária, pescas, comércio, transportes, educação, saúde, proteção social, emprego, infraestrutura, gestão de recursos hídricos e outros). A garantia da SAN requer uma ampla base de concertação e de sinergias, articulando o Governo e as autarquias locais, as organizações da sociedade civil e o sector privado.

A arquitetura institucional para a implementação das estratégias de SAN deve contemplar necessariamente 5 aspectos fundamentais: i) o estabelecimento de mecanismo para coordenação política do tipo intersectorial; ii) a participação efetiva de diferentes atores sociais nesse mecanismo de coordenação política (conselho nacional); iii) a evolução da atual estrutura de coordenação técnica da SAN, para que esteja associada ao “conselho nacional”; iv) um instrumento descentralizado capaz de coordenar e contribuir para a existência de espaços de ação local; e, v) a existência de um sistema que possibilite o seguimento e a avaliação das ações de SAN.

8.1 – Governança nacional

O passo inicial foi dado com a recente instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)¹⁷ que deverá responder á necessidade de concertação e de governança na implementação da ENSAN, constituindo-se em espaço regular para o diálogo intersectorial. Este deverá representar o aporte técnico para coordenar posições e trabalhar temas transversais à SAN, direito à alimentação adequada e agricultura familiar e superar os deficientes mecanismos de comunicação e visibilidade. O CNSAN deverá se constituir na instância de coordenação e participação social para os programas sub-regionais de investimento na agricultura e na segurança alimentar (PNIA, AGIR Sahel, as questões de resiliência dos agregados e outros), de forma a evitar a duplicação de estruturas de coordenação nestas áreas.

Neste seu início de funcionamento o CNSAN operou na construção do segundo passo da arquitetura institucional de SAN, ao assegurar a participação da sociedade civil (ainda que não tenha sido estabelecida a paridade entre governo e sociedade como era a propensão inicial, mas foram destinadas 5 postos as organizações sociais), do setor privado (em Cabo Verde o setor dos transportes é estratégico) e criar mecanismos de relação com os parlamentos, de modo a facilitar as iniciativas que requeiram a elaboração de legislação de suporte. Suas próximas ações deverão tratar do acesso a recursos mínimos para coordenação dos trabalhos.

A possibilidade de o CNSAN participar desde o início de discussão da ENSAN deve contribuir para que haja maior apropriação do seu conteúdo pelos membros, num processo de aprendizagem coletiva, com reflexos na consistência

¹⁷O Decreto-Lei nº 36/2013 publicado em 24 de setembro estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR), o qual vinculou o CNSAN na estrutura do Gabinete. A Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2013 publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 25 de outubro de 2013 definiu a missão, competências, composição e o modo de funcionamento do CNSAN, enquanto órgão consultivo em matéria de segurança alimentar e nutricional.

do trabalho, efetividade e possibilidade de ser inovador. Devem ser criadas as condições para que a sociedade civil participe de forma qualificada desse processo, o que pode ser feito mediante a organização de algumas ações de esclarecimento ao nível local, preparatórias para uma reunião final de aprovação pelo CNSAN.

Ainda que o CNSAN esteja vinculado diretamente ao MDR e não sob a tutela do Primeiro Ministro é de se esperar que haja melhoria na coordenação entre os diferentes setores de governo e demais atores no âmbito da implementação das políticas nacionais de SAN.

8.2 – Coordenação técnica

Outra componente relevante da institucionalidade foi a transformação da DSSA - Direção dos Serviços de Segurança Alimentar em Secretariado Executivo Permanente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹⁸, cujas principais atribuições estão relacionadas ao funcionamento do CNSAN e contribuem para que possa desempenhar adequadamente sua missão institucional.

8.3 – Descentralização

Com respeito a uma estrutura para que a SAN possa ser operacionalizada no âmbito local, será preciso construí-la. A proposta é que isto seja feito mediante a criação de uma Rede de Segurança Alimentar e Nutricional a três níveis (nacional regional e municipal/local), a fim de melhorar a governança e as sinergias entre os vários domínios de atuação, denominada Rede SAN.

Esta proposta já existe e foi elaborada em 2006, tendo por objetivo aumentar a participação e a responsabilização de todos os intervenientes, dando corpo à estratégia de descentralização das atividades de SAN através de intervenções integradas. Com uma abordagem integrada e horizontal, relativamente aos diferentes domínios da governação, a proposta é que a Rede SAN atue em estreita articulação com as várias políticas necessárias para assegurar a SAN.

A proposição de uma estrutura em rede, na qual a interação, cooperação e integração, estejam centradas, sobretudo, em ações ao nível das comunidades locais, visando os grupos em risco e/ou em insegurança alimentar, é uma forma adequada para que se possa ganhar eficiência e eficácia na ação. Neste quadro deve contribuir também para que haja maior eficiência e eficácia no processo de coordenação, articulação, seguimento e avaliação das ações previstas. A proposta de criação da Rede SAN, nos moldes em que foi elaborada, deve ser retomada e atualizada, de modo que possa ser implementada e venha a suprir as necessidades suscitadas com a atualização da ENSA.

8.4 – Seguimento e avaliação

O último pilar da arquitetura institucional trata da implantação de um Sistema de Informação para a Segurança Alimentar e Nutricional voltado para fortalecer os mecanismos de seguimento e da avaliação do PANSAN denominado SISAN.

Este sistema tem por base o SISA, previsto no PNSA anterior e inclui três dispositivos: i) aprovisionamento alimentar, para aferir a disponibilidade que inclui pro-

¹⁸Esta mudança também está contida no Decreto-Lei nº 36/2013.

dução, importação (abastecimento e preços) e mercado em suas diversas etapas; ii) a situação nutricional das populações; e, iii) o acesso aos bens alimentares, em termos físicos e financeiros, o que significa tratar da quantidade e qualidade dos produtos, bem como da distribuição de renda e condição socioeconômica de modo a apontar a vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

O SISA vem sendo implementado no país desde 2004 e possui um importante controle das importações de produtos e da disponibilidade interna. Suas fragilidades estão na fraca implementação do sistema de informação do mercado agrícola no seu todo (sobretudo, dados da produção), na limitada abrangência do dispositivo de seguimento das vulnerabilidades (circunscrito as regiões rurais das ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e São Nicolau, sem cobertura das periferias urbanas onde se concentram as pessoas pobres), além do fato do funcionamento do sistema de informação do mercado agrícola não ter tido caráter permanente no período 2007 a 2011.

Para além do SISA, desempenha um papel primordial no acompanhamento da execução das ações o Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) com funcionamento em rede e inter-institucional que permite o controlo orçamental e gestão das despesas e receitas do Estado, a execução das despesas de forma descentralizada, seguimento e avaliação de projectos de investimento com informação geográfica, financeira e dados históricos.

8.5 – Análise da arquitetura institucional em construção

A arquitetura institucional descrita neste capítulo está em plena fase de construção. Ela está sendo erigida com base numa coordenação política setorial, comandada pelo MDR (ao menos nessa fase inicial de funcionamento), que prevê a participação social efetiva dos diferentes atores sociais, que dispõem de lugares próprios no CNSAN, participando assim de forma efetiva no diálogo político.

A coordenação técnica na esfera do governo central será exercida pelo Secretariado Executivo (sendo, portanto, setorial), devendo seu papel coordenador ser exercido de modo concreto tanto nas reuniões do CNSAN, quanto nos seus preparativos e nos encaminhamentos a serem feitos em cumprimento as suas deliberações, mas, sobretudo, no seguimento e avaliação das ações de governo relacionadas a SAN, sendo este um manancial para a construção de uma agenda efetiva e de interesse para os participantes no âmbito do CNSAN.

Em adição a esta estrutura deve ser estimulada a descentralização da coordenação política e técnica da SAN, mediante a implementação da Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Rede SAN, que também criará espaços para proporcionar a participação, ao nível das ilhas do arquipélago. Com a Rede SAN a coordenação técnica será intersectorial, estando a responsabilidade da coordenação executiva/técnica sob a responsabilidade de uma rede que articula a participação conjunta dos vários ministérios e órgãos na implementação das ações. Além disto, esta se dará de forma descentralizada, com a coordenação ocorrendo também nas esferas de governo dos diferentes níveis territoriais (regional, municipal/local).

A vinculação institucional do CNSAN/SNSAN a um ministério em particular, que certamente criará limitações, deve ser superada com o funcionamento efetivo dessas estruturas. Assim, cabe ao SNSAN propor uma agenda positiva, construída a partir do PANSAN resultante desta atualização da ENSAN. Os documentos elaborados (ENSAN, PANSAN e a avaliação do PNSA) podem (e devem) ser utilizados como instrumentos para ampliar de forma coordenada a participação social, mediante a discussão do seu conteúdo, aproximando o governo da cidadania.

9 - Considerações Finais

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) diz respeito à disponibilidade de alimentos, acessibilidade e estabilidade do acesso como um direito de estar livre da fome. Na experiência concreta de Cabo Verde e de muitos outros países da África, América Latina e Caribe, trata-se de uma meta a ser assegurada progressivamente. As secas, a escassez de terra arável e de água, embora com importantes iniciativas, conhecidas como Mobilização das Águas (as barragens de Pilon em funcionamento, Saquinho, Faveta e Salineiro inauguradas recentemente e outras 14 em obras ou em fase de planeamento), o êxodo rural em direção às áreas urbanas, a precariedade dos vínculos laborais, a reduzida proteção social de base não contributiva colocam dificuldades adicionais ao país.

Na perspectiva do DHAA, o Estado deve assegurar alimentos diretamente aos indivíduos e aos grupos familiares incapazes de obtê-los por conta própria, até que já não necessitem. As transferências de rendimentos, como as pensões sociais, são uma maneira de aproximação à realização do DHAA, do mesmo modo que o são as cestas básicas de alimentos, embora na atualidade poucas cestas sejam distribuídas. A discussão em curso sobre o desenho e implementação de um programa de rendimento mínimo, conforme entrevista realizada no dia 20/11/2013 no Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, também é promissora para a garantia de acesso aos alimentos pela via do mercado e, assim, do Direito Humano à Alimentação Adequada. E, de modo similar, a perspectiva da entrada em vigência do salário mínimo em janeiro de 2014.

Rendimento para o acesso ao mercado é apenas uma parte do desafio. A alimentação adequada, requer além de rendimento, iniciativas no campo da educação alimentar e nutricional por parte dos sectores de educação e saúde, pelo menos.

Considerando os indicadores de acesso à água para beber e sua qualidade, a escassez de casas de banho, o destino do lixo, das águas residuais, a energia para cozinhar, entre outros indicadores que afetam à saúde e a segurança alimentar e nutricional, o desafio para assegurar a progressiva garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, requer a articulação intersectorial das políticas e programas que guardam relação com a segurança alimentar, envolvendo os vários Ministérios, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, recém instalado.

A partir dos pontos trabalhados neste documento de ENSAN, é possível estabelecer linhas estratégicas que orientem as políticas e ações com vista à melhoria das condições de SAN de todos os cidadãos, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Siglas e abreviaturas

ACD	Associações Comunitárias de Desenvolvimento	INE	Instituto Nacional de Estatísticas
AGR	Atividades Geradoras de Rendimento	INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
BO	Boletim Oficial de Cabo Verde	INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
CEDEAO	Comunidade dos Estados de Desenvolvimento Económico da África Ocidental	IPAC	Inquérito sobre a Prevalência da Anemia nas Crianças
CIPVI	Convenção Internacional da Proteção Vegetal	ISVAF	Inquérito Sobre a Vulnerabilidade Alimentar nas Famílias
CNA	Conselho Nacional de Água	MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
CNDS	Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário	MJEDRH	Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
CPLP	Comunidade dos Povos de Língua oficial Portuguesa	ODM	Objetivos do Milénio
CSA	Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas	ONG	Organização Não Governamental
CNAS	Conselho Nacional de Água e Saneamento	PAGIRE	Plano de Ação Nacional para Gestão dos Recursos em Água
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	PAM	Programa Alimentar Mundial
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil	PANA	Programa Nacional do Ambiente
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	PANSAN	Plano de Ação Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional
CRP	Comissão Regional de Parceiros	PEDA	Programa Estratégico da Agricultura
DEA	Disponibilidade energética e alimentar	PIB	Produto Interno Bruto
DECRP	Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza	PIP	Programa de Investimento Público
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	PLATONG's	Plataforma das ONGs de Cabo Verde
DGPOG	Direção Geral Planeamento Orçamento e Gestão	PNIA	Programa Nacional de Investimento Agrícola
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada	PNN	Programa Nacional de Nutrição
DGRM	Direção Geral dos Recursos Marinhos	PNLPR	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza Rural
DSEGI	Direção dos Serviços de Estatísticas e Gestão de Informação	PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
EBI	Ensino Básico Integrado	PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ECV	Escudos Cabo verdianos	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ENSA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (Cabo Verde)	QUIBB	Questionário Unificado sobre os indicadores de bem estar
ESAN-CPLP	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP	REDSAN	Rede de Segurança Alimentar e Nutricional
FAIMO	Frente da Alta Intensidade da Mão de Obra	REDSAN-CPLP	Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	RIA	Risco de Insegurança Alimentar
FCS	Fundação Cabovedeana de Solidariedade	RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
ICIEG	Instituto Caboverdeano de Igualdade e Equidade de Géneros	SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
IDDCI	Inquérito sobre os Distúrbios Devido à Carência de Iodo	SIARA	Sistema Integrado de Alerta Rápido
IDNT	Inquérito sobre as Doenças não Transmissíveis	SIM	Sistema de Informação do Mercado
IDRF	Inquérito às Despesas e Rendimento das Famílias	SISA	Sistema de Informação de Segurança Alimentar
IHAC	Iniciativa do Hospital Amigo da Criança	SISAN	Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional
IMC	Inquérito Multi Objetivo Continuo	SGCQ	Sistema de Gestão do Controlo da Qualidade
		SNCA	Sistema Nacional de Controlo de Alimentos
		ZAE	Zonas Agro Ecológicas



I SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.inc.v



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
 C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
 Email: kioske.incv@inc.v / incv@inc.v

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.